

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**O CONCEITO ECONÔMICO E PROFISSIONAL DE CATEGORIA E A  
TERCEIRIZAÇÃO**

JAQUELINE GUIMARÃES SANTOS

Rio de Janeiro  
2020 / 2º semestre

JAQUELINE GUIMARÃES SANTOS

**O CONCEITO ECONÔMICO E PROFISSIONAL DE CATEGORIA E A  
TERCEIRIZAÇÃO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva.**

Rio de Janeiro  
2020 / 2º semestre

JAQUELINE GUIMARÃES SANTOS

**O CONCEITO ECONÔMICO E PROFISSIONAL DE CATEGORIA E A  
TERCEIRIZAÇÃO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva.**

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva – Orientadora

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

SS237c Santos, Jaqueline Guimarães  
O conceito econômico e profissional de categoria e a terceirização / Jaqueline Guimarães Santos. -- Rio de Janeiro, 2020.  
79 f.

Orientador: Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Sindicato. 2. Terceirização. 3. Flexibilização. 4. Categoria econômica. 5. Categoria profissional.  
I. Silva, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

## EM MEMÓRIA

*“Dedico este trabalho à memória da minha tia Marlene de Lourdes Guimarães Costa e do meu tio Sebastião das Graças Guimarães Gusmão”*

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento mágico, ao qual encerro um ciclo de fundamental importância em minha vida e de meus familiares, o qual considero um divisor de águas e que saiu muito diferente da pessoa que entrei. Os aprendizados foram diários, desde os colegas de turma aos excelentes professores, é muito bom vivenciar a atmosfera de um lugar como a Faculdade Nacional de Direito, assim sendo, não posso deixar de agradecer:

Primeiramente a Deus pela saúde e a oportunidade de poder vivenciar tamanha experiência transformadora, em seguida aos meus pais e meu irmão, que apesar de todas as adversidades da vida permaneceram firmes e investindo em minha educação com a consciência do poder emancipatório que esta possui, sempre acreditando no meu potencial e sendo meu alicerce para persistir meus objetivos.

Aos meus amigos de infância, do cursinho e da faculdade e aos meus primos que foram essenciais em proporcionar uma caminhada mais leve e divertida.

Agradeço a oportunidade de integrar o grupo de monitores ao lado de Natane da Silva Santos, Juliana Farias Sanches, Amanda Honório, Luma Motta, Fabiano de Moras, Emilson Gomes Júnior e Patric Fernandes, responsável por fundar a primeira extensão da Faculdade Nacional de Direito, que tem como objetivo central abordar a temática racial em diversas perspectivas. Este projeto me mudou por completo, me fez me aproximar da minha ancestralidade e fortalecer minha identidade, gratidão!

Agradeço a todos os funcionários da instituição, desde os trabalhadores terceirizados aos professores, agradeço em especial a minha orientadora Sayonara Grillo, profissional a qual nutro muito respeito e admiração e que me impulsiona acreditar no direito como instrumento de transformação social.

Agradeço mais uma vez a Faculdade Nacional de Direito e ao Rio de Janeiro pela experiência de vida marcante e pelos ensinamentos que ultrapassam os muros da universidade e nos mostra a necessidade da construção de um pensamento crítico e a confirmação de que a luta por garantias aos direitos sociais e fundamentais é constante e imprescindível na

formação de uma sociedade mais justa, porque há muito ainda a ser feito em nosso país para reprimir as desigualdades econômicas e sociais que nos atinge.

E por fim dedico este estudo como forma de agradecimento aos meus tios Marlene de Lourdes Guimarães Costa e Sebastião das Graças Guimarães Gusmão, por serem referenciais a mim de honestidade, bondade e pensamento coletivo, da importância em pensar no próximo e de que o amor é o elemento indispensável a guiar nossas ações. Assim dedico meu trabalho a sociedade, como forma de contribuição a resistência necessária da classe trabalhadora diante dos ataques realizados aos seus direitos e a possibilidade de usufruir de uma existência digna.

*Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro  
Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário  
Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque não sou miserável  
Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei  
Agora estão me levando  
Mas já é tarde  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo  
(Bertolt Brecht)*



## RESUMO

O presente estudo busca compreender o impacto causado pela terceirização às categorias profissionais e econômicas na organização do movimento sindical e como esta age como fator de desestruturação e precarização à organização coletiva, sendo na contemporaneidade um dos principais elementos criado pelo modelo de produção capitalista, de desarticulação da classe trabalhadora, ocasionando uma verdadeira desorientação no direito do trabalho, desde uma perspectiva material como formal e caminhando na contramão a essência de formulação deste. A terceirização é um dos principais mecanismos utilizado atualmente como fator de adoecimento físico e psíquico, empobrecimento, pouco investimento na qualificação do profissional entre outros elementos que ao final proporcionam o enfraquecimento do movimento operário.

Palavras-chave: Sindicato; Terceirização; Flexibilização; Categoria Econômica; Categoria Profissional

## ABSTRACT

The present study seeks to understand the impact caused by outsourcing to professional and economic categories in the organization of the union movement and how it acts as a factor of disruption and precariousness to the collective organization, being nowadays one of the main elements created by the capitalist production model, of disarticulation of the working class, causing a real disorientation in labor law, from a material perspective as formal and going against the essence of its formulation. Outsourcing is one of the main mechanisms currently used as a factor of physical and psychological illness, impoverishment, little investment in professional qualification, among other elements that ultimately weaken the labor movement

Keywords: Union; Outsourcing; Flexibility; Economic Category; Professional Category

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>I – ASPECTOS CENTRAIS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....</b>	<b>13</b>
1.1.Breve histórico das relações coletivas de trabalho .....	13
1.2 A constituição de 1988 como marco de proteção ao trabalhador e da garantia de direitos sociais. 18	
1.2.1 Liberdade Sindical: manifestação do exercício de cidadania.....	21
1.3. Sindicato: contraponto ao sistema capitalista na regulação da legislação trabalhista .....	<b>24</b>
<b>II – TERCEIRIZAÇÃO COMO MECANISMO DE FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO....</b>	<b>31</b>
2.1 Transformações econômicas com reflexo nas relações trabalhistas.....	31
2.2 Terceirização como problema social: a utilização do trabalho humano como espécie de mercadoria .....	36
2.3 Precarização: Elemento indissociável da terceirização .....	45
2.4. Terceirização sob a perspectiva do racismo estrutural .....	49
<b>III - OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA TERCEIRIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO SINDICAL</b>	<b>56</b>
3.1. Mudanças nas relações trabalhistas ao longo dos séculos exigem alterações de atuação no movimento sindical .....	56
3.2. Enfraquecimento da percepção do trabalhador referente à luta de classes, como resultado de reformulações neoliberais. ....	61
3.3. Repensando novas estratégias para existência sindical, através dos desafios impostos pelo contexto contemporâneo. ....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

A estrutura organizacional do trabalho é pensada de forma estratégica ao longo dos séculos, mesmo em contextos históricos diferentes o trabalho sempre se fez presente, mas será a partir da primeira revolução industrial (1760) e o surgimento das fábricas, que a atividade laboral torna-se elemento central, como, por exemplo, o modelo de produção taylorista ao desenvolvimento do sistema capitalista. Mas este mesmo espaço irá proporcionar ambiente para criação de uma organização de oposição a esta estrutura pré-concebida, o movimento sindical surgirá a partir da união coletiva entre os trabalhadores no ambiente fabril, como forma de reivindicações de garantias sociais, ou seja, melhores condições para usufruir sua existência.

O movimento sindical é uma associação coletiva resiliente, que desde seu surgimento resiste às manobras imposta pelo sistema neoliberal que objetiva sua estagnação, a terceirização conforme ao longo do estudo será apresentada, trata-se de um instrumento utilizado pelo sistema como mecanismo de desestruturação e desarticulação do movimento operário, atingindo diretamente um elemento essencial a razão de ser deste, a concepção de senso de coletividade, semelhança e convívio entre os trabalhadores, a terceirização atinge principalmente este expoente fundamental.

Além disso, o estudo irá demonstrar que a terceirização é fator de adoecimento entre a classe trabalhadora, seja em aspecto físico ou mental, que ao invés de ser combatida pelas instituições do Estado, esta sendo cada vez mais difundida na estrutura organizacional do trabalho, ultrapassando sua aplicação nas atividades meio e chegando as atividades fim, com respaldo do Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 324 e o Recurso Extraordinário (RE) n.958.252.

## I – ASPECTOS CENTRAIS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

### 1.1. Breve histórico das relações coletivas de trabalho

Inicialmente a matéria trabalhista foi desprendida do direito civil, em torno do século XIX<sup>1</sup>, tornando-se uma disciplina autônoma com seu complexo de princípios, regras entre outros elementos que determinam sua especificidade perante outras matérias do direito, no contexto de estabelecer elo entre a atividade laboral e o sistema econômico.

O direito do trabalho além de abordar o aspecto individual da relação de trabalho, atua de forma mais ampla no plano de tratar também a respeito das relações de trabalho no âmbito coletivo, que de acordo com Mauricio Godinho Delgado “é a chamada autonomia privada coletiva estabelecida na esfera dos empregadores, como dos trabalhadores”<sup>2</sup>, sendo os sindicatos a maior representação de atuação do direito coletivo, presente no Art.8º da Constituição Federal de 1988.

O segmento juscoletivo obteve diferentes denominações, desde sua criação, seguindo o contexto de aspectos econômicos, sociais e políticos ao qual esteve inserido em cada momento histórico diferente, tendo como, por exemplo, inicialmente a referência de um direito coletivo industrial, posteriormente operário e direito corporativo. Sendo por fim, estabelecido direito coletivo do trabalho, como a nomeação mais ampla e objetiva na análise dessa esfera.<sup>3</sup>

O alicerce de construção do direito do trabalho em toda sua amplitude tem como essência a proteção, defesa de garantias e melhorias da relação estabelecida entre empregador e empregado, a fim de fornecer mecanismos que permitam ao trabalhador contestar e reivindicar direitos, dentro de uma estrutura que por sua natureza a relação se apresenta desigual principalmente no quesito socioeconômico ao se equiparar ambas as partes.

A análise jurídica de qualquer relação individual apresenta direitos e deveres a serem cumpridos entre as partes, com isso não há diferenciação na aplicação de respectivos preceitos

---

<sup>1</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 1453.

<sup>2</sup> Idem. **Direito coletivo do trabalho**. São Paulo, LTr, 2008, p. 31.

<sup>3</sup> Delgado. Op. Cit., p. 48

em uma relação de cunho coletivo, mas há limites de atuação do direito coletivo no sentido de permitir o equilíbrio entre este e o direitos individuais.

Direitos individuais, assim como os coletivos apresentam características próprias, que estão diretamente associadas à atribuição que desempenham, como por exemplo, a negociação coletiva como um marco da representação do direito coletivo, acima de tudo no aspecto político, se destacando e se diferenciando como importante ferramenta de produção de norma jurídica.

Destaca-se nesse cenário a negociação coletiva com sua capacidade de solução de conflitos, em amplitude grupal, tendo grande impacto ao ser impetrado por um coletivo de pessoas, o que por si só representa alto potencial político, econômico e social. Deste modo, a negociação coletiva tornou-se um dos elementos essenciais no reconhecimento de um Estado Democrático de Direito, evidenciando a pujança de uma democracia e a forma que os trabalhadores se organizam e protagonizam a luta por seus direitos.

Ao estabelecer comparações entre modelos de Estado, a análise do direito coletivo de uma nação pode trazer informações do nível de democracia existente em cada território, servindo como uma espécie de termômetro desse contexto. Explorar cenários de regimes autoritários passados permite estabelecer a afirmação de existência de controle sob o desempenho do direito coletivo, o que reflete o poder de atuação que esse mecanismo do direito do trabalho possui.

O Brasil não é uma exceção a essa regra, como se torna perceptível com a observação do século XX, sendo neste período introduzido um modelo que caminha em sentido contrário ao regime democrático e de atuação social, sendo corporativista autoritário.<sup>4</sup> Assim como a reforma trabalhista, introduzida pela lei 13.467/2017, que promoveu alterações, como a instituição do caráter facultativo da contribuição sindical, como objetivo de reduzir a efetiva atuação do direito coletivo, tornando pouco permeável a atuação dos sindicatos obreiros.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 1468.

<sup>5</sup> Apesar da contribuição obrigatória ser um instituto proveniente do modelo corporativista e o seu fim constar entre as reivindicações de parte do sindicalismo brasileiro a partir da redemocratização, o seu término neste contexto, por meio da reforma trabalhista, fragiliza as entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Cada país possui características próprias, que são reflexo do desenrolar do convívio desenvolvido naquele território, as relações trabalhistas também apresentam peculiaridades, não sendo um modelo único existente no mundo, sucedendo como resultado da diversidade global. Por outro lado, há padrões de repetição em diversas perspectivas sociais, se espalhando seja em aspectos culturais, tecnológicos, políticos e até mesmo jurídicos que se tornam observáveis através da legislação, além de serem elementos de disputa.

Os modelos justralhistas de negociações coletivas ocidentais criados entre o século XIX e XX são exemplos de disputa existente na essência do direito trabalhista, por meio da construção da negociação coletiva sob o viés de parâmetros autoritários versus viés democráticos.<sup>6</sup>

No desenrolar do desenvolvimento do modelo democrático de negociação coletiva, Mauricio Godinho Delgado apresenta o modelo de normatização autônoma e privatística e o modelo de normatização privatística subordinada, sobressaindo este último na maior parte das nações, principalmente devido o desencadeamento do contexto socioeconômico apresentado pela mundialização, sucedendo uma maior atuação estatal, mas que não impossibilita a organização coletiva.<sup>7</sup>

Em governos autoritários o que se caracteriza em relação às relações coletivas de trabalho e nos mecanismos utilizados para a sua afirmação é o engessamento de ações democráticas, ocorrendo restrição da participação da sociedade civil e criação de contínuos procedimentos para assegurar essa inviabilização.

A importância da negociação coletiva na sociedade contemporânea evidencia o significado que a democracia possui na construção política de uma nação, proporcionando demonstrar a relevância do direito coletivo do trabalho, das relações entre seres coletivos trabalhistas. Nesta dinâmica, de um lado encontram-se os trabalhadores representados por

---

Conforme reportagem do G1 em 26/08/2020, “Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE”, afirmando que “Número de sindicalizações apresenta queda desde 2014, mas foi em 2018 que o país perdeu o maior número de trabalhadores associados a sindicatos. Em 2019, país atingiu a menor taxa de sindicalizados”. (G1. **Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml>.> Acesso em: 02 jul. 2020.)

<sup>6</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 1560.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 126.

seus respectivos sindicatos, possibilitando um maior poder de representação destes perante os empregadores, de outro os empresários ou seus sindicatos, possibilitando um maior poder de representação dos obreiros perante aos empregados.

Os trabalhadores através dos sindicatos, ao se organizarem em âmbito coletivo profissionalmente, se estruturaram, crescem e se potencializam, frente aos empregadores seja de forma isolada, por meio de associações empresariais ou em âmbito de entidades que reúnem categorias econômicas, apresentam força superior aos obreiros, pois são responsáveis por organizar e controlar os meios e métodos de produção e se aproveitam do próprio elemento da subordinação jurídica presente no direito do trabalho, o qual se torna fator importante para o funcionamento desta dinâmica.

A organização coletiva por meio de sindicatos no contexto brasileiro envolve a incorporação do conceito de categoria, que possui previsão no texto constitucional de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho, vigorando desde o século XX e seguindo os modelos produtivos fordismo-taylorismo.

O conceito de categoria profissional se apresenta no Art 511, § 2º da CLT: “A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional”.<sup>8</sup>

Enquanto que o conceito de categoria econômica se apresenta no Art. 511, § 1º da CLT “A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica”.<sup>9</sup>

Constituindo-se atividades similares por meio da caracterização de diferenciações em detalhes, idênticas como extremamente iguais, uma espécie de cópia e conexas se relaciona a atividades econômicas realizadas por meio de sucessão de etapas relacionadas à fabricação de um produto, em que há uma conexão entre as atividades.

---

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de agosto de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 17 mai. 2020.

<sup>9</sup> Ibidem.



Com as novas atividades de trabalho que são introduzidas pelo mercado, e pelos próprios modelos produtivos que são à base de formulação desses conceitos, em que a estrutura de produção se apresenta diferente do que era posto até então, se lança novos desafios na adequação ao conceito de categoria profissional, de acordo com as novas formas de composição do trabalho que surgem diante de novos contextos sociais, econômicos, culturais, entre outras formas.

A terceirização é um exemplo de intensificação de maior utilização de relações trabalhista em detrimento de outras e de dificuldade de enquadrar trabalhadores terceirizados no conceito de categoria profissional, em que, de acordo com Amauri Cesar Alves este trabalhador deverá ter sua agregação ao sindicato definida em conformidade com a atividade laborativa realizada, observando-se de quem dela se apropria, exceto as categorias diferenciadas.<sup>10</sup>

Assim sendo, as relações trabalhistas se modificam a partir das transformações ocasionadas no tempo e no espaço, que refletem efeitos no direito de modo geral e demais ciências, especificamente no que se refere ao direito coletivo do trabalho, este possui mecanismos que podem ser utilizados como espécie de termômetro dessas transformações, além de possibilitar a aferição da capacidade democrática de uma nação.

O empregador já é por si só um ente coletivo, ações do empregador geram repercussões muito mais amplas do que apenas naquela relação individual com o empregado, podendo gerar repercussão nas relações trabalhistas de todos os empregados, em determinada localidade da empresa ou até mesmo na própria sociedade na qual a empresa esta inserida.

Por conta disso, não há que se falar de forma incisiva em necessidade de garantir a existência do empregador como ser coletivo. Por outro lado, é necessário falar a respeito de mecanismos que garantam a organização dos trabalhadores em torno de um sindicato, para que este possa ser criado e ser efetivamente livre, porque somente assim será capaz de negociar com a categoria econômica.

---

<sup>10</sup> ALVES apud DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. São Paulo, LTr, 2008, p. 302.

A organização dos trabalhadores em torno de um sindicato possibilita este obter força de negociação e maiores igualdades de disputa perante o empregador, conseguindo que suas reivindicações repercutam no âmbito daquelas relações trabalhistas, demonstrando a importância do direito coletivo na formação de leis do direito do trabalho.

Um dos principais efeitos do direito coletivo é a percepção pelos trabalhadores através do cotidiano do ambiente de trabalho, de se notarem como iguais diante das relações estabelecidas e perante seus questionamentos no contexto diário do desenvolvimento laboral, e que a organização dos trabalhadores em torno de um ente coletivo seria estrategicamente o melhor caminho a ser percorrido na coligação de suas forças, com o intuito de alcançar suas pretensões e fazer valer seus direitos.

Compreendendo-se a ligação entre o direito juscoletivo e a organização dos trabalhadores em torno de sindicatos, este direito se apresenta como meio pelo qual a experiência sindical encontra a razão de sua existência e permite a resistência da classe trabalhadora.

## **1.2 A constituição de 1988 como marco de proteção ao trabalhador e da garantia de direitos sociais**

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 se torna um marco no constitucionalismo brasileiro e se diferencia dos demais textos constitucionais existentes até este momento histórico, por apresentar maior participação popular, reconquista e ampliação de direitos fundamentais, superação de um projeto pretensioso e autoritário de militares<sup>11</sup>.

A carta de 1988 representa a passagem para a democratização do país, por meio do Estado Democrático de Direito com o fortalecimento das instituições, contribuição para estabilidade política e o exercício da cidadania. O texto constitucional reconhece os interesses de diversos agentes que compõem a sociedade de modo geral, como os trabalhadores, categorias funcionais, categorias econômicas entre outros atores sociais.

---

<sup>11</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 132-133.

Estabeleceu em seus primeiros quatro artigos os princípios fundamentais da República, trazendo no Título II os direitos e garantias fundamentais, englobando os individuais, sociais, políticos e coletivos, diferenciando-se de todas as constituições anteriores, que nos primeiros títulos tratavam a respeito da organização do Estado.

Os princípios são caracterizados como normas jurídicas, possuem força normativa o que significa dizer que podem e devem ser exigidos, tais como as regras. É uma construção do constitucionalismo moderno, que determina que o ordenamento seja composto por princípios e regras e que ambos são dotados da mesma carga de normatividade.<sup>12</sup>

Devendo a constituição ser entendida como a união de regras e princípios, que juntos se complementam no sentido de não permitir o engessamento do sistema jurídico e não proporcionar insegurança jurídica. Servindo os princípios como elementos básicos para a formulação de uma regra pelo legislador e fonte de interpretação para aplicação das normas.

Os princípios constitucionais serviriam para permitir a renovação e atualização da constituição, ou seja, garantem que a constituição possa ser interpretada de forma a se tornar atual e efetiva na sociedade, permitindo a formulação de uma constituição.

O direito do trabalho em seu ramo individual é eminentemente protecionista, pois visa no plano jurídico à desigualdade fática existente entre as partes, vigorando o princípio da proteção que visa a igualar as partes, com o intuito de que aquela desigualdade existente no campo fático não impere no campo jurídico. O direito coletivo do trabalho não apresenta a mesma proporção de desigualdade ao direito individual, de modo que o princípio da proteção não é utilizado na mesma intensidade em ambos e sim seguindo a especificidade de cada um.<sup>13</sup>

A constituição precisa ser capaz de se adaptar às transformações históricas e as mudanças sociais, não conseguindo acompanhar essas mudanças, não conseguirá exercer sua força normativa, sejam essas mudanças ocasionadas por vias formais ou informais, ocorrendo é claro, limites para a realização dessas alterações.

---

<sup>12</sup> Ibidem, p 203.

<sup>13</sup> Idem, p. 1476.

A primeira constituição no mundo a inserir em seu diploma direitos trabalhistas, foi a constituição mexicana de 1917, mas a constituição alemã de *Weimar* de 1919 é que realmente serviu para pautar e fundamentar os modelos constitucionais dos demais países, devido ao poder político, social, econômico, ou seja, de influência desta nação.<sup>14</sup>

Analisando em perspectiva ampla o contexto histórico legislativo brasileiro, em especial o direito do trabalho e o comparando com outras nações, o país vivenciou uma peculiaridade mundial ao prevalecer ainda em meados do século XIX sob vigência de um regime escravocrata, não se tendo como falar em direitos trabalhistas nesta época, será por meio de pressão política e econômica externa, que a Lei Áurea irá ser assinada em 1888 e começará a surgir mudanças neste cenário, a partir de inserção de ex-escravos no mercado de trabalho ou a exclusão deste do sistema econômico.

Posteriormente a abolição da escravidão (1888), foram produzidas legislações esparsas ou incipientes, havendo poucas leis no sentido de serem pontuais, não havendo nenhum diploma normativo específico e não tendo leis suficientes para considerar direito do trabalho um ramo jurídico autônomo.

Durante o governo de Getúlio Vargas, se tem um importantíssimo marco de institucionalização e consolidação do direito do trabalho, através da edição da Consolidação das Leis Trabalhistas, que reuniu os dispositivos já existentes referentes às leis trabalhistas e inovou ao apresentar novas normas.<sup>15</sup>

As constituições brasileiras anteriores a de 1988 não apresentavam em seu conteúdo condições para o progresso e a construção de uma legislação justtrabalhista sólida. A partir da formulação da chamada popularmente Constituição Cidadã, tem-se um marco no direito constitucional e do trabalho, por introduzir um rol de direitos tanto individuais como coletivos e consagra-los como direitos sociais fundamentais.<sup>16</sup>

A constituição Federal de 1988 consolidou os direitos trabalhistas ao patamar de sua importância, ao qual a justiça do trabalho foi expandida e fortalecida tanto no aspecto

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 1542.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 115.

institucional como de normatização, logo os direitos trabalhistas, inseridos na constituição, apresentam direcionamento de ampliação e proteção de direitos fundamentais sociais.

### **1.2.1 Liberdade Sindical: manifestação do exercício de cidadania**

O sentido da palavra liberdade por si só, tem sua origem relacionada ao contexto liberal, a partir da valorização do individualismo sob o coletivismo. Mas perante a perspectiva da experiência sindical de coletividade organizada, se constrói um novo entendimento sobre o conceito de individualidade, que se estrutura através da concepção social.<sup>17</sup>

A liberdade sindical se expressa como direito fundamental de expressão coletiva, atribuindo-se, assim, uma dimensão coletiva ao significado individual. Sendo os direitos fundamentais de extrema importância na construção desta liberdade e que de mesmo modo atuam na preservação de direitos humanos, direito de defesa dos cidadãos e na consolidação da construção de uma constituição democrática.

Este princípio possui um núcleo essencial na perspectiva de direitos fundamentais, que estabelece conexão entre liberdades individuais e liberdades coletivas, que se mesclam ao existir direitos fundamentais de execução coletiva, cuja titularidade é individual, mas o exercício é coletivo<sup>18</sup>.

A Constituição Federal de 1988 possui elementos em seu texto que remetem a uma estrutura corporativista em alguns aspectos, que inclusive se incide sob o movimento sindical, não rompendo por completo com estes componentes presentes no contexto histórico do país, que se contrapõem a elementos que buscam a implementação de mecanismos democráticos, como, por exemplo, os princípios basilares da própria Carta Magna.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> GIUGNI, G., 1991, p. 56 apud LOGUERCIO, José Eymard. Pluralidade sindical: da legalidade á legitimidade no sistema sindical brasileiro. São Paulo, LTr, 2000, p. 113.

<sup>18</sup> LOGUERCIO, José Eymard. **Pluralidade sindical: da legalidade á legitimidade no sistema sindical brasileiro**. São Paulo, LTr, 2000. p. 116.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 106.

O período dos anos de chumbo (1968-1985) é uma exemplificação da importância e potência do princípio da liberdade sindical, que caso ocorresse à efetivação desse princípio durante esse período histórico, os sindicatos teriam grande probabilidade de ser um dos primeiros entes a se insurgirem contra o governo autoritário. Para que um sindicato possa existir é indispensável à garantia da liberdade de associação.<sup>20</sup>

Em outros textos constitucionais estava presente o entendimento de que era necessário para criação de sindicatos prévia autorização estatal, o que representa um mecanismo de controle do Estado perante a atuação sindical<sup>21</sup>, elementos semelhantes a estes são utilizados como estrutura basilar de regimes autoritários. O Art. 8º, I da Constituição Federal de 1988 positivou a proibição de interferência do poder público na organização sindical.

A doutrina majoritária entende que a liberdade sindical se estende tanto para categoria profissional e econômica, mas reconhecendo que seja sempre mais necessária aos trabalhadores. No aspecto do sindicalismo brasileiro esse princípio se encontra fragilizado por componentes corporativistas ainda existentes no ordenamento.<sup>22</sup>

Para a formação da organização sindical é necessário inicialmente que os trabalhadores se reúnam, se associem e assim possam evoluir para a criação de um sindicato realmente livre, com o mínimo necessário de vinculações ao Estado ou empregador, em que se torna imprescindível à participação do princípio da liberdade sindical neste processo.

A experiência sindical é um fenômeno de grupo, de uma coletividade organizada, na qual sua dinâmica encontra-se associada de forma mais específica a categoria profissional, devido esta ser a principal forma destes se organizarem ao contrário da categoria econômica que por si só apresenta elementos de coletividade, as quais o trabalhador de forma individual possui excessiva dificuldade de competir.

O Art. 8º da Constituição Federal de 1988 menciona o princípio da liberdade sindical, estando este dispositivo inserido no título dos direitos sociais e garantias fundamentais e no

---

<sup>20</sup> Tal expressão é utilizada para se referir à ditadura militar (1964-1985). No entanto, alguns autores a utilizam para se referir ao período mais repressivo da ditadura (1968-1974), sendo este uso mais preciso.

<sup>21</sup>DUTRA, Renata Queiroz. Trabalho, Regulação e Cidadania: a dialética da regulação social do trabalho. São Paulo, LTr, 2018, p. 63.

<sup>22</sup>LOGUERCIO, José Eymard. **Pluralidade sindical: da legalidade á legitimidade no sistema sindical brasileiro**. São Paulo, LTr, 2000, p. 111.

capítulo de direitos sociais, tratando de forma mais específica sobre liberdade sindical, enquanto que o Art. 5º da Constituição Federal de 1988 do mesmo modo analisa a percepção de junção de uma coletividade, mas de forma mais ampla ao se referir como liberdade associativa.

O Art.8 da Constituição Federal de 1988 é de extrema importância ao permitir a criação dos sindicatos de forma livre à intervenção estatal, sendo o registro sindical apenas uma manifestação de sua existência e não um mecanismo de controle do Estado, quebrando com esta forma de comando prevista em textos constitucionais anteriores, ao qual apenas era permitida a criação de sindicatos que fosse possível realizar o controle de suas ações<sup>23</sup>.

Na experiência sindical, legislações e jurisprudências de amplitude internacional se tornam importantes componentes de análise de dispositivos jurídicos de proteção e garantias referentes ao direito do trabalho e proporcionam formulações de projeções futuras que possibilitem maior poder de atuação da classe trabalhadora.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) se apresenta como importantíssimo instrumento de fortalecimento de representação dos direitos trabalhistas. Sendo criada após a 1º guerra mundial por meio do Tratado de Versailles, ao qual agrega em seus estudos e direcionamentos concepções de um mundo globalizado, através das conexões estabelecidas entre nações.<sup>24</sup>

Após a 2º Guerra Mundial (1939-1945) a OIT se inclinará ao posicionamento pendente ao direcionamento de utilização de mecanismos incisivos relacionados aos direitos humanos fundamentais do trabalhador e de realização de políticas sociais. Além disso, pretende evitar uma concorrência desleal entre nações principalmente no que se refere à legislação.<sup>25</sup>

As convenções são objetos passíveis de ratificação pelos Estados-membros e de fortalecimento da perspectiva de defesa do direito de organização e exercício da atividade

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>25</sup> Ibidem.

sindical. Sendo um dos propósitos da organização internacional a universalização dos conceitos de liberdade e autonomia presentes em convenções já existentes.<sup>26</sup>

Os dispositivos da OIT concernente à organização sindical e especificamente no que se relaciona à liberdade sindical estão direcionados para proteção de direitos sindicais no sentido de assegurar trabalhadores e empregadores o direito de constituir, sem prévia autorização, organizações de sua própria escolha; o direito das organizações de elaborar os seus estatutos e regimentos; eleger livremente seus representantes, organizar a sua administração a sua administração interna e o seu plano de ação; liberdade de funcionamento das organizações com a abstenção de intervenção das autoridades públicas no sentido de limitar a liberdade sindical ou cercear o seu exercício legal entre outros elementos<sup>27</sup>.

Posto isto, o princípio da liberdade sindical se caracteriza como um conceito amplo no qual se consegue oferecer diferentes panoramas de estudo e se caracteriza por ser um direito de dupla dimensão: coletiva, por promover a organização dos trabalhadores na luta, e individual, por permitir manifestação particular.<sup>28</sup>

Esse princípio possui natureza positiva e negativa na perspectiva dos direitos fundamentais, possui meios de proteção que lhe asseguram autodefesa por meio do direito a greve e autotutela através do mecanismo da negociação coletiva. Desta forma, o direito a liberdade sindical se torna mais um meio a ser utilizado no exercício de cidadania.<sup>29</sup>

### **1.3. Sindicato: contraponto ao sistema capitalista na regulação da legislação trabalhista**

O contexto mundial instaurado na contemporaneidade de potencialização de medidas neoliberais, que tem como objetivo principal adquirir competitividade no mercado em diversos setores, através de uma dinâmica cada vez mais feroz do capitalismo globalizado causa impacto também no direito do trabalho.

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 120.



A legislação não escapa a esse mecanismo, servindo do mesmo modo, como fonte de atração do capital, em que através da utilização deste método se tem o fortalecimento dos empregadores em detrimento dos trabalhadores, por meio da precarização do trabalho e enfraquecimento de direitos sociais, se estabelecendo a empresa como espaço de produção normativa, ficando preceitos constitucionais submetidos à vontade empresarial.<sup>30</sup>

Este mercado de produtos ao qual se insere a legislação como objeto de comércio, proporciona atenuação à capacidade de organização sindical, reduzindo assim a possibilidade de efetividade de garantias proporcionadas pela representação dos trabalhadores, abrindo espaço para a perpetuação de preceitos mercantis.

A essência da função histórica do direito do trabalho caminha em direção a estabelecer estruturas que possibilitem resultados favoráveis à classe trabalhadora, por meio da busca do bem estar social, preservação de direitos fundamentais e sociais que estão estruturados sob preceitos do princípio da proteção social. Sendo tais elementos opostos aos caminhos estimulados pelo mercado a esta área do direito.<sup>31</sup>

Com isso, as centrais sindicais priorizam a postura de proteção aos direitos mínimos dos trabalhadores diante de uma política descomprometida com a proteção dos direitos sociais em comparação ao posicionamento de uma política ofensiva. Mudanças no cenário político proporcionam efeitos no posicionamento do movimento sindical.<sup>32</sup>

A postura que se assume diante do contexto de reformas prejudiciais a classe trabalhadora na legislação é de oposição por parte dos sindicatos, com o aumento do desemprego; pagamento de salários atrasados; derrogação da lei pela negociação; implantação de contratos precários; ampliação da terceirização entre outros elementos que caracterizam momento de exceção do direito do trabalho.

A organização sindical deriva principalmente da diferenciação hierárquica existente na relação entre empregado e empregador, que independe do modo de produção da sociedade,

---

<sup>30</sup> DUTRA, Renata Queiroz. **Trabalho, Regulação e Cidadania: a dialética da regulação social do trabalho**. São Paulo, LTr, 2018, p. 60.

<sup>31</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 214.

<sup>32</sup> DUTRA. Op. Cit., p. 279.

seja esta capitalista ou socialista, enquanto permanecer esta hierarquização, por meio de uma relação vertical não haverá espaço para igualdade.

A estrutura formada pelo conjunto complexo estabelecido entre os sujeitos sociais no aspecto das relações de trabalho e sujeitos estatais no que se refere ao modo de exploração da força de trabalho pelo capital e seus limites, reflete a espécie de disputa que há na construção da regulamentação.

A regulamentação existente no ordenamento jurídico se torna elemento de comprovação de que esta atua de acordo preferencialmente com os interesses econômicos, se tornando elementos secundários os investimentos em saúde, bem-estar dos trabalhadores, vida entre outros fatores. Tal regulamentação, portanto, está comprometida com os ideais de mercado em detrimento dos ideais sociais.<sup>33</sup>

A comprovação da fragilidade estatal perante a dinâmica de enfrentamento entre o setor público e privado revela a dificuldade de confronto diante de uma correlação de forças, de meios efetivos e de superação que permitam ao Estado estar no patamar de igualdade na disputa com o setor particular, no que se refere à construção da normatização principalmente das leis trabalhistas.

Dentro desse panorama traçado pelo regime socioeconômico vigente, os sindicatos representam uma das principais fontes de resistência ao processo de exploração estabelecido, ao qual o poder de organização coletiva se torna importante aliado da estrutura estatal por meios dos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, reforçando o Estado Democrático de Direito, de atuação da intervenção estatal na garantia de direitos sociais.<sup>34</sup>

A classe trabalhadora possui sua existência política, tanto em âmbito coletivo quanto individual, que é exercida diariamente por vezes, mas que passa despercebida principalmente no âmbito individual e ganha maior potencialidade na esfera grupal, espaço que se torna mais evidente ao trabalhador o poder que se tem de reivindicação, atuando desta forma na construção da regulamentação.

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 266 -267.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 28.

O direito do trabalho se diferencia dentro das demais áreas proporcionadas pelo campo normativo, no aspecto de que a atividade laboral é realizada pela maioria populacional, independente da classe social a qual pertence, sendo o mecanismo utilizado para obtenção de dinheiro na estrutura estabelecida pelo sistema, logo, o que permite sua subsistência. Sendo que a relação de emprego continua sendo a forma mais importante de inserção do homem desprovido de riquezas no sistema capitalista

Diante desse potencial de massa, o direito do trabalho permitiu ampla organização coletiva, resistência e fortalecimento que ultrapassam a esfera das relações laborais e vão de encontro à atuação cidadã, por meio da ótica de inclusão social, dignidade e quebra de paradigmas instituídos pelo mercado de perda de identidade e processo de mecanização da classe trabalhadora.<sup>35</sup>

O Estado possui limites de atuação como agente regulador na construção de mecanismos de contramovimento à sociedade capitalista, em que uma das estratégias utilizadas como forma de enfrentamento, é explorar as possibilidades de atuação estatal dentro dos limites da estrutura do próprio Estado. O modo de organização da regulação composta por uma série de possibilidades de interferências, ao qual o direito do trabalho é dos elementos que se faz presente neste cenário.<sup>36</sup>

As transformações existentes nas relações trabalhistas, que são constantes, são reflexos dentre outros elementos de transformações econômicas, em que o processo de regulamentação normativo acompanha essas fases, através da disputa política existente.

O processo de regulamentação representa fator de grande importância no que se refere à construção de consciência, algo que também se encontra em disputa no processo de regulação, ou seja, construções de narrativas, as quais irão prevalecer e permanecer no ideário dos trabalhadores e terão impacto nos questionamentos e na organização coletiva destes.

Os mecanismos aos quais podem ser utilizados pela classe trabalhadora e que permitem o fortalecimento e a potencialidade de impacto de suas ações é a organização sindical, em que a negociação coletiva se torna importante elemento prático de construção da regulamentação,

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 35.

como do mesmo modo o direito de greve, sendo elementos de grande importância no que diz respeito a fatores de poder de enfrentamento na disputa de perspectiva.

Caráter social das relações trabalhistas é importante, devido sua análise trazer a perspectiva do obreiro como um elemento social em si, em que suas percepções de mundo, de forma individual, causam impactos em suas ações cotidianas de observação do trabalho, seja em algo a reclamar ao satisfazê-lo no desempenho de sua função e ampliando no coletivo, no desempenho de sua socialização, sendo o homem um ser social em si.<sup>37</sup>

Em que o fator de adoecimento tanto no sentido físico como psicológico também dentro da perspectiva social, reflete ponto de enfraquecimento de coesão dos trabalhadores e gera o questionamento de até onde medidas realizadas através da regulamentação proporcionam estes adoecimentos e são utilizadas conscientes ou não pelos sujeitos de sua projeção, para que seja mais um mecanismo de enfraquecimento dos trabalhadores diante dos empresários, do sistema econômico estabelecido, sendo o cotidiano uma experiência por muitas vezes de exploração e violação de direitos.

A luta de classes proporciona similarmente impactos no sistema de regulamentação, sendo mais um componente de reprodução desse sistema, em que de um lado se encontra representada a classe trabalhadora e de outro os empresários. Analisando o contexto basilar e cotidiano dessa estrutura, que através de sua atuação prática manifesta diversos mecanismos criados com o intuito de dificultar a participação do trabalhador no processo regulatório, no qual se torna evidente o ser empresário com sua capacidade de influência superior da classe trabalhadora, através dos elementos que possui sob seu domínio.

A interferência dos trabalhadores na disputa da construção normativa revela que estes procedimentos principalmente no que se refere ao âmbito individual, proporciona por muitas vezes menor impacto de conscientização social ao ser comparado ao coletivo. Na perspectiva do âmbito individual se tem a concepção reiterada de que o trabalhador não se rebela de forma contrária às situações em que são evidentes a ocorrência de lesão de seus direitos, sua dignidade humana, tal elemento por vezes acaba obtendo a proporção de naturalização e

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 50.

normalização, devido sua frequência em meio as relações trabalhistas e incorporáveis como aceitáveis por conta da necessidade falimentar de sobrevivência associada ao trabalho.<sup>38</sup>

É construído e faz parte do ideário do sistema a inserção de elementos que promovam a passividade dos trabalhadores dentro e fora do ambiente de trabalho, não estimulando a conscientização crítica perante os fatores que o circundam, sendo outro aspecto importante na disputa de regulação.

Inserem-se outros personagens no cenário referente à disputa da regulamentação, no qual a mídia se apresenta com grande poder de influência na construção de narrativas e decisão sobre estas, não apenas em aspecto nacional como internacional, como em âmbito coletivo e individual, representando grande fonte de concepção a respeito dos acontecimentos diários e elementos que vão moldando as experiências individuais.

As redes sociais se tornam outra grande fonte de recebimento de informações e principalmente de comunicação no mundo contemporâneo, as quais do mesmo modo se inserem na disputa de construção de narrativas, se tornando cada vez mais evidente, como, por exemplo, as Fakes News, que comprovam um arsenal de circulação de informações superficiais, ao qual não há aprofundamento de conteúdo, sendo produzidas para reprodução simples e rápida, fatores que atuam na complementação de uma percepção distorcida pela população de seus próprios direitos.

Por outro lado a construção social é realizada pelo o homem a partir de suas concepções e este inserido estas na realidade social, sendo o trabalho mais um dos elementos que faz parte de sua vivência e que possibilita este o autoconhecimento, descobrindo elementos intrínsecos a si e de potencialização de sua existência, de sua emancipação que também se torna ponto de resistência.

A percepção do individual também se torna elemento no resgate da compreensão de resistência diante da busca por controle da classe trabalhadora e de atuação da cidadania.

Assim que a cidadania no trabalho não se constrói somente a partir da titularidade abstrata de direitos sociais (cidadania regulada), mas sim pela postura ativa de titular

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 49.

e reivindicador da concretude desses e de novos direitos, ou seja, significa reconhecer o trabalhador como sujeito e não objeto das disputas/dinâmicas regulatórias. Essa dimensão pressupõe um esforço semântico no sentido de albergar e legitimar condutas de resistência e ressignificar o local de trabalho como espaço da luta coletiva dos trabalhadores desafiando os limites da democracia capitalista.<sup>39</sup>

Sendo assim, o processo de regulação normativa perpassa por aspectos sociais que desaguam no exercício da cidadania, que a Constituição Federal de 1988 ampliou e fortaleceu a inserção de trabalhadores na dinâmica da estrutura do sistema, por meio de resistência permitindo maior atuação, preservação de seus direitos na disputa existente ao mercado.

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 287.

## II – TERCEIRIZAÇÃO COMO MECANISMO DE FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

### 2.1 Transformações econômicas com reflexo nas relações trabalhistas

As transformações históricas construídas pela humanidade ao longo dos séculos percorrem desde aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos entre outros elementos que em conjunto ou separado, elevaram o grau de complexidade das interações sociais, que notoriamente com a inserção da globalização se potencializaram, especialmente através do espaço criado de compartilhamento de informações de forma fácil e rápida, proporcionando alterações profundas na estrutura organizacional das relações sociais.

O fenômeno da globalização é um fator intrínseco a organização da estrutura social, manifestando-se na contemporaneidade em diferentes esferas do contexto global, que perpassa desde a perspectiva individualizada a coletiva, seja em âmbito político, social, econômico entre outras dimensões, proporcionando intensificação de conexão entre diferentes regiões, contextos sociais e inclusive legislações.

A lógica do sistema capitalista de produção impulsiona cenário de competitividade no qual as leis trabalhistas não estão imunes, a luta de classes torna-se constatação material deste dinamismo a partir da observância da construção da norma formal. A legislação trabalhista é, por exemplo, um dos mecanismos utilizados para inserção do ordenamento jurídico dentro desta realidade, que além de buscar a competitividade estimula a eficiência e produtividade.<sup>40</sup>

Dentre os elementos associados ao mercado competitivo se tem como essencial a busca por lucratividade, diminuição de gastos financeiros, ou seja, maior rentabilidade. A ideologia capitalista traça na prática comercial atual o panorama de disputa por localidades geográficas, mão de obra barata, facilidade de transferência de remessas de produtos, entre outros mecanismos que possibilite a obtenção deste resultado.

O modo de produção utilizado por grandes transnacionais na preparação de seus produtos faz com que a confecção destes percorra diferentes territórios, desde sua etapa inicial

---

<sup>40</sup> ALVES, Pedro Daniel Blanco; GOMES, Erik Chiconelli. Réquiem para o trabalho industrial: terceirização e precarização na era da desregulamentação In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 468.

de fabricação até a final, quando a mercadoria chega a mãos do destinatário final. Este sistema proporciona a interligação das nações não somente de forma física, mas do mesmo modo, de forma ideológica, tendo-se como regra geral a obtenção de lucro a guiar investimentos.

O uso da tecnologia, sobretudo proporcionou a intensificação da globalização como processo histórico, que ocasionou transformações na forma como a sociabilidade se opera em esfera mundial, demonstrando a conexão que se tem em diferentes contextos sociais, seja do ponto de vista local ou global.

A predominância da tecnologia diminuindo barreiras entre tempo-espço proporcionou o rompimento de paradigmas, como por exemplo, a superação da supremacia dos modelos de produção taylorista/fordista, pelo modelo toyotista impondo uma nova reestruturação produtiva, que dentre os elementos que o caracteriza destaca-se a intensificação da precarização do trabalho, através da flexibilização de direitos, desconstrução de valores democráticos e derretimento de conquistas que alicerçaram direitos históricos, notadamente direitos sócias.<sup>41</sup>

O sistema financeiro se insere nesta ótica, como mecanismo de acúmulo de capital tendo como finalidade estratégica de mercado, estabelecer os melhores investimentos, menos gastos e maior lucratividade. A tecnologia desempenha importante papel neste cenário ao transpassar barreiras nunca antes estimadas, potencializando a intensificação deste fenômeno, ocasionando uma reorganização do sistema financeiro em escala global e interferência na estrutura regulatória de países, estabelecendo um novo padrão de gestão de trabalho.<sup>42</sup>

Cada nação possui seu próprio ordenamento, sendo este um dos principais componentes de representação da autonomia de um país, o que não significa que a norma não tenha influências externas e se mantenha neutra diante de um contexto de realidade internacionalmente interligada. As organizações internacionais, tratados, convenções entre outros elementos representam este cenário de conexão entre nações sob a criação de leis.

---

<sup>41</sup> SIQUEIRA, Germano. Terceirização: O mito dos 14 benefícios In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 53.

<sup>42</sup> MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; MARTINS, Carla Benitez; Zamboni, Eduardo Felipe Lezo. Terceirização e financeirização neoliberal do capital, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 84 e 85.



A guerra fiscal é um fato presente em diferentes partes do globo, que dentre os elementos que o compõem, esta a legislação trabalhista que tem como principal atrativo no mercado a busca por processos regulatórios fragilizados. A demanda de investigação por essas regulações no enquadramento contemporâneo é realizada principalmente, por meio do mundo econômico e financeiro globalizado, representado por empresas e bancos transnacionais.

A globalização através da perspectiva financeira não se manifesta como um sistema neutro e isento de carga ideológica, pelo contrário, as empresas transnacionais se apresentam como as reais detentoras de poder no mundo globalizado<sup>43</sup>, constroem-se a partir deste cenário, ultrapassando limites de tempo-espço e objetivando a instalação de suas sedes em locais que ofereçam fundamentalmente baixos custos e maiores lucros.

O autor Rodrigo Carelli cita como sendo três os elementos básicos da globalização, no qual o terceiro item citado se torna importantíssimo fator de compreensão da interferência realizada na construção de uma legislação trabalhista.

“Três elementos básicos da globalização em sua dimensão econômica: a transferência em volume e velocidades incríveis de capital, o aumento no número de locais possíveis para instalação de empresas no mundo inteiro e o aumento da competitividade internacional”<sup>44</sup>.

O aumento da competitividade internacional em referência a legislação trabalhista, tem como um dos seus principais reflexos a desvalorização da mão-de-obra, por meio da flexibilização de leis. Sendo assim, a desregulamentação do mercado de trabalho, é um dos fatores indissociáveis à inserção do Estado a lógica da globalização econômica.

A mundialização econômica e financeira contribui para diminuição de autonomia de países, diante do contexto no qual a ciência econômica impera sob as demais ciências, que atuam de forma coadjuvante perante os interesses desta, notabilizando-se facilmente em diversas circunstâncias, a prevalência do prestígio da perspectiva econômica global sob a

---

<sup>43</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização como intermediação de mão de obra**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2014, p. 23.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 19.

nacional. Com o alto teor ideológico que a política neoliberal apresenta, esta consegue influenciar igualmente, desde comportamentos individuais a coletivos.

Na realidade da vida concreta da classe trabalhadora a falta de autonomia do indivíduo que passa horas do seu dia exercendo sua atividade obreira, em sua vida pessoal não estando em seu ambiente de trabalho. É possível observar a permanência de um sistema de obediência, regras e medo presentes no comportamento do trabalhador <sup>45</sup>. A terceirização é um mecanismo utilizado como meio de dificultar a consolidação de identidade da classe trabalhadora, conforme Tainã Góis pontua:

A terceirização atravança o acesso a Justiça, quer por vias de reivindicação coletiva, quer por vias de reivindicação individual, por se tratar de uma forma de contratação que estabelece “um obstáculo para a vinculação entre o capital e trabalho, pulverizando a classe trabalhadora e, com isso, também quebrando as possibilidades, que já são bastante reduzidas, de diálogo social e de uma correlação democrática entre capital e trabalho”. Trata-se de uma disputa no campo dos direitos e da economia, no campo da divisão social do trabalho, e no campo da narrativa.<sup>46</sup>

A flexibilização ocasionada pelo regime de acumulação flexível, abre caminho para mudanças nas atividades laborais, trazendo alterações ao setor de produção, serviços, abre novos mercados, ocorre maior desenvolvimento e introdução da tecnologia no mercado de trabalho, aumenta-se a exploração do trabalhador e se intensifica o processo de desregulamentação. Sendo a exploração um dos elementos fundamentais para o acúmulo de capital, logo para manutenção do sistema financeiro.

Em relação à competitividade propiciada entre nações, e dentro do país entre seus Estados a depender do sistema jurídico vigente no país, a proteção social estatal e a rigidez da legislação trabalhista são elementos essenciais de verificação da competitividade de uma nação, perante o mercado global, que quanto mais próximo da flexibilização mais alinhado esta com os interesses do mercado, sendo o trabalho tratado como mera mercadoria.

A disputa existente entre nações a partir de circunstâncias propiciadas pela globalização financeira, na reestruturação produtiva em manter um Estado competitivo, tem como marco

<sup>45</sup> DUTRA, Renata Queiroz. Trabalho. **Regulação e Cidadania**: a dialética da regulação social do trabalho. São Paulo, LTr, 2018, p. 283.

<sup>46</sup> SOUTO (2017) apud GÓIS, Tainã. Terceirização e acesso à justiça, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III**: o direito do trabalho diz não à terceirização. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 305.

um sistema regulatório flexível por meio da redução ou exclusão de direitos, mediante a precarização do trabalho, no qual a terceirização evidencia este processo no mercado.

O sistema de produção fordista se caracterizou como um sistema dotado de certa rigidez em sua estrutura de regulamentação, no conjunto do desenvolver das relações trabalhistas. Sendo esse um dos fatores, que proporcionou a necessidade de criação de um modelo mais flexível, a partir do rearranjo econômico que se apresentava no cenário global a partir da década de 1970 com o novo panorama do sistema financeiro por meio de uma crise estrutural do sistema capitalista.<sup>47</sup>

O sistema toyotista é um aperfeiçoamento dos sistemas taylorista e fordista, em que os pressupostos constitutivos de produção do sistema toyotista traz deduções relacionadas a uma busca de eficiência, qualidade total, avanço de produção, mas que não se concretizam na dinâmica de prestação do trabalho humano<sup>48</sup>

Mas durante a década de 90 é que realmente ocorreu a disseminação do modelo de acumulação flexível, ou seja, o modelo toyotista na reorganização do trabalho, implementado por empresas como forma de se obter uma resposta a crise ocasiona anteriormente.

Como no caso do Brasil, se constata que

A partir de 1990, forte onda liberal inundou o País com suas políticas de ajustamento e reformas estruturais voltadas, basicamente, á redução do déficit público e á abertura do setor privado de caminhos até então trilhados apenas pelo setor público passaram a fazer parte da agenda. A terceirização ganhou relevo, como estratégia das empresas para reduzir custos, partilhar riscos e aumentar a flexibilidade organizacional, impactando o regime de contratação de força do trabalho.<sup>49</sup>

Na plataforma econômica brasileira o modelo de produção toyotista se destaca por meio da terceirização, como sendo seu elemento central de expansão deste modelo, devido tanto ao

<sup>47</sup> ALVES, Pedro Daniel Blanco; GOMES, Erik Chiconelli. *Réquiem para o trabalho industrial: terceirização e precarização na era da desregulamentação* In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 465

<sup>48</sup> TRABALHO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA. **Falta de regulamentação prejudica trabalhador terceirizado, avalia pesquisadora**. 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=5NrBTUdFxtY&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=5NrBTUdFxtY&feature=emb_title)> Acesso em: 15 julh. 2020.

<sup>49</sup> BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A terceirização e desigualdade: abordagem crítica sobre os projetos de lei 4330/04 e 87/2010**. São Paul, CESIT, 2014, p. 2.

fator de representação ao englobar os principais fundamentos gerenciais do modelo japonês, ou pela observação da expansão por si própria da terceirização.

O mercado de trabalho detectara alterações profundas em sua estrutura, com novo formato de reorganização, que será determinado pelo interesse financeiro, seguindo a lógica do capital, que proporcionará maior lucratividade e menores gastos, o que tem como consequência para o mundo do trabalho a precarização que afeta tanto o setor privado como público.<sup>50</sup>

A desigualdade social é a etapa final deste processo, no qual esse sistema de precarização afeta todas as esferas da sociabilidade, provocando a diminuição de renda da grande maioria da população que não pertence ao pequeno grupo dos detentores de capital e culminando em última instância na mercantilização do trabalhador e servindo este como parte do maquinário ao sistema de produção, que tem como base de estruturação em sua essência a desvalorização dos direitos sociais, logo a destruição da dignidade humana.

O atual sistema monetário coloca como prioridade o capital financeiro em detrimento ao ser humano, por meio do desrespeito a existência de indivíduos, pelo enfraquecimento de direitos sociais, diminuição da democracia, exploração do meio ambiente e trazendo prejuízos à classe trabalhadora.

A terceirização representa esse dinamismo de desvalorização de valores democráticos, reforçados a partir da Constituição Federal de 1988 que apresenta grande rol de conquistas históricas, principalmente no que tange ao campo dos direitos fundamentais e sociais e que conduz a análise do direito perante a perspectiva do acesso a cidadania, e permite o indivíduo se reconhecer e ser tratado de fato e direito como cidadão.

## **2.2 Terceirização como problema social: a utilização do trabalho humano como espécie de mercadoria**

O fenômeno da terceirização é uma das consequências do dinamismo capitalista com reflexos no direito do trabalho, interferindo no processo regulatório e proporcionando

---

<sup>50</sup> Ibidem, p.1.

flexibilização de direitos e precarização da atividade laboral, evidenciando assim, a desvalorização do trabalho e do sujeito obreiro.

A flexibilização têm sido a lógica aplicada nas relações trabalhistas, esta constatação se torna facilmente perceptível através da observação da fragilidade que foi incorporada as relações trabalhistas contemporâneas, por meio do crescimento da informalidade, empregos temporários, trabalho intermitente, trabalhadores ligados a plataformas digitais. Incidindo estes fenômenos nas mais diversas formas de execução de atividades laborais, algumas com maior intensidade de verificação da flexibilização comparada a outras.

A terceirização neste universo de reestruturação da atividade produtiva, em que o trabalho se reorganiza por meio da flexibilização e desloca-se no sentido oposto traçado pelo direito do trabalho, que possui como função histórica a proteção do trabalhador. Dissemina-se principalmente pela denominada atividade-meio, em que a intermediação de mão de obra se manifesta por meio de serviços de apoio, produção, operação, manutenção entre outros.

A relação de trabalho é composta por uma lógica dual de capital versus trabalho, no qual o mercado se favorece da terceirização através da diminuição salarial e maior lucratividade, esta é sua fonte de expansão. O fenômeno que se insere nesse dinamismo de subcontratação acontece por meio de uma empresa tomadora que contrata trabalhadores por meio de uma empresa interposta, sem desta forma estabelecer vínculo direto com esses trabalhadores.

Desta forma a ideia inicial é que a empresa tomadora atue exclusivamente na atividade central do seu processo produtivo, ocorrendo à transferência a terceiros de suas atividades acessórias, as usualmente denominadas “empresas de mão de obra especializada”. Este processo de intermediação de mão de obra proporciona auferir ao mesmo tempo lucro a duas empresas distintas, mediante um único contrato.<sup>51</sup>.

As grandes empresas diante deste quadro têm como objetivo a instalação da produção horizontalizada no seu sistema de produção, concentrando suas atividades no polo central de

---

<sup>51</sup> ROESLER. Átila da Rold. A terceirização que o direito “não vê”, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 163.

sua criação e descentralizando atividades acessórias para empresas periféricas. Resultando por consequência, na demissão em massa de obreiros na empresa tomadora, a qual tem o intuito de manutenção apenas de sua atividade essencial, mantendo vínculo de emprego apenas funcionários de áreas estratégicas.

Uma das consequências deste quadro traçado é a redução do número de contratos realizados diretamente pela empresa tomadora, o que permite esta diminuir seus gastos com encargos trabalhistas, tributários, previdenciários entre outros e assim diminuir riscos com relação à perda de capital, o que irá proporcionar inúmeras distorções sociais. Neste sentido:

Isto fere o projeto constitucional de Estado Social baseado na necessidade de se estabelecer uma responsabilização jurídica ao capital que é gerado pela exploração do trabalho humano, para a implementação organizada de uma mínima distribuição de renda e o desenvolvimento de políticas públicas de índole social.<sup>52</sup>

Na ordem jurídica padrão, que se manifesta através da vinculação direta e dual de emprego entre capital e trabalho, a terceirização impõe outro fenômeno ao romper com esta ligação, produzindo uma relação triangular, que contradiz o dinamismo existente. Permitindo que a visão hermenêutica referente à vinculação de emprego que se sobressai sob as demais no tocante a esta questão, considere respectiva relação como mero acordo entre partes, aceitando o ordenamento desta forma, o distanciamento da empresa tomadora de maiores responsabilizações por meio da contratação de uma empresa interposta, contrariando respectiva conduta os ensinamentos da teoria constitucional.<sup>53</sup>

O mecanismo utilizado pelo capital é de transferência de responsabilidade jurídica, o qual busca transpor a empresa prestadora devida responsabilização através da configuração da relação de emprego com o trabalhador, a qual tem como produto a fornecer a mão de obra do obreiro, o contratando através do dinheiro que recebe da empresa tomadora, que é detentora dos meios de produção.<sup>54</sup>

Devido à exploração do trabalho existente na dinâmica entre capital e trabalho, a empresa possui sua responsabilização social, sendo esta a principal fonte de existência da

---

<sup>52</sup> MAIOR. Jorge Luiz Souto. "Reforma" trabalhista não atinge o fim da terceirização da atividade-fim, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 29.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 31.

ciência do direito do trabalho, diante da necessidade de regulamentar esta situação, com o objetivo de impor limites de atuação ao capital e trazer proteção social a classe trabalhadora.

Por conseguinte, a economia estatal sofrerá impacto de certa forma, deste contexto, devido pertinentes transformações na dinâmica de cadeias produtivas as quais englobam o trabalho terceirizado, como por exemplo, o impacto na política fiscal de Estados, como consequência da diminuição salarial dos trabalhadores, redução de postos de trabalho de contrato direto com a empresa mãe, crescimento de pequenas empresas prestadoras de serviço e perda de arrecadação.

Esta reengenharia ocasionada pela terceirização na estrutura da organização do trabalho viabiliza a demissão de obreiros por empresas centrais e a contratação destes por empresas periféricas. Estes trabalhadores em sua grande maioria pertencem ao quadro de grupos sociais marginalizados e com pouca qualificação para o trabalho, que se submetem a trabalhos precários que não possui integração social, devido à falta de melhores opções de emprego.<sup>55</sup>

Estes fatos ocasionam uma espécie de efeito cascata, no qual ocorre a realocação dos postos de trabalho de uma empresa central para uma empresa terceirizada e de uma terceirizada para outra terceirizada. A chamada “quarteirização” dentre suas possibilidades de decorrências permite a causalidade impreterível do alto índice de rotatividade, o que retrata o extremo oposto de um emprego que possui estabilidade e condições de dignidade para que o trabalhador possa desempenhar sua função com qualidade, e não se utilizar de uma falácia de que este processo permite especialização de mão de obra.

O cenário que se visualiza traçado pelo mercado neoliberal é da substituição de contratos que possuem a relação dual entre empregado e empregador, por uma relação triangular, inclusive até mesmo daquilo que é à base de estruturação da empresa mãe. Negando desta forma, preceitos preconizados pela Constituição Federal de 1988, como por exemplo, os presentes no Artigo 7º que apresentam o comprometimento com a garantia de direitos dos trabalhadores que “visem à melhoria de sua condição social”.

---

<sup>55</sup> ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. 2015. In: **O social em questão**. v. 34, p. 19-40, (julh./dez.) 2015, pp. 22-23. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_34\\_1\\_Antunes\\_Druck.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf)> Acesso em: 02 mai. 2020.

Esta relação construída pelo neoliberalismo se mostra injusta perante fundamentalmente os trabalhadores terceirizados e as chamadas “empresas especializadas”. A partir de um panorama que favorece o crescimento do acúmulo de riquezas pelos reais detentores dos meios de produção, logo, proporciona menor arrecadação de capital das empresas prestadoras de serviços que são as que estabelecem a verdadeira relação de emprego com o trabalhador e assim torna-se incontestável diante do quadro traçado, que a base de estruturação desse dinamismo se estabelece por meio da exploração da classe trabalhadora.

O fenômeno da quarteirização ocorre a partir da constatação pelos donos dos meios de produção que terceirizar diminui custos com mão de obra, as empresas intermediadoras começam a seguir o mesmo raciocínio e exercer o mesmo papel, ou seja, diminuir os custos com elementos associados à qualidade do trabalho. Sendo esta a fonte da causa de uma série de problemas associados à terceirização, como alto índice de acidentes de trabalho, adoecimento dos trabalhadores seja no aspecto físico ou mental, rotatividade em empresas, diminuição de segurança em direitos trabalhistas entre outros fatores que compõem a realidade fática deste universo.

O processo de terceirização trabalhista pode se apresentar de duas maneiras diferentes, seja através da chamada terceirização interna, que contempla os serviços praticados dentro da própria empresa mãe, no qual o trabalhador é alocado para realizar tarefa no interior da plataforma desta e a chamada terceirização externa, que é a terceirização relacionada a atividades, em que o trabalhador terceiro trabalha em segmentos da indústria fora da empresa mãe.

Este processo de terceirização sem limites que atinge tanto as categorias profissionais assim como o núcleo da empresa, faz com que não sejam valorizados elementos vitais para dinâmica de produção de qualquer sistema. Podendo resultar a partir de ampla perspectiva de análise desta prática, na dependência externa de um país de elementos básicos e vitais para a autonomia de uma nação, como materiais relacionados à saúde, segurança, produção de alimentos, dentre outros elementos essenciais que deixam de serem produzidos, devido ideologia imposta de se terceirizar tudo.

A terceirização se sustenta através da lógica de exploração do trabalho humano. As empresas detentoras dos meios de produção no qual dentro da estrutura estabelecida de



subcontratação, terão seu capital sendo elevado como consequência da finalização do ciclo de produção a partir da rede produtiva que a sustenta, a contar que quanto mais complexo for o produto final, maior será o número de empresas participantes dessa cadeia.<sup>56</sup>

É evidente que nesta relação triangular quem será mais prejudicado é a classe trabalhadora, posteriormente a empresa interposta, que extrai lucro da mão de obra humana, sendo este o produto que esta oferece ao mercado. Já o prejuízo ligado aos detentores do capital, é algo global que atinge as três esferas desta relação a partir da dinâmica imposta de precarização, na qual não é possível ninguém sair ganhando nesta relação de forma individualizada, porque se perde como sociedade, como coletivo na garantia de proteção de direitos basilares e fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 tem como pilar de sustentação da sociedade a garantia de direitos sociais que possibilite os cidadãos construírem uma vida com dignidade, rechaçando desta forma, o que caminha em direção oposta a esta estabelecida, sendo este um dos elementos centrais que compõem a Carta Magna. O que instiga a compreensão de forma contrária, abre estímulo a interpretações equivocadas e até mesmo em última instância espaço para aplicação de fraudes, neste sentido Márcio Túlio Viana diz: “Às vezes, o Direito reprime a fraude. Outras vezes, porém, o Direito serve para a fraude”.<sup>57</sup>

A terceirização representa uma fraude diante do que é preconizado pela Constituição Federal de 1988, podendo ser comprovada por meios científicos e práticos os prejuízos que proporcionam a classe trabalhadora, seja em perspectiva moral, mental ou física, não sendo respeitado direitos sociais básicos do trabalhador. A terceirização não atinge apenas os obreiros terceirizados, mas a classe trabalhadora de modo generalizado, devido à subcontratação fazer parte de uma estrutura de produção e de uma lógica de dominação sob a compreensão do direito do trabalho.

Márcio Túlio Viana, ainda, alerta que:

---

<sup>56</sup> MAIOR. Jorge Luiz Souto. Reforma trabalhista não atinge o fim da terceirização da atividade-fim. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 32.

<sup>57</sup> VIANA. Márcio Túlio. Poluições no ar: o clima que nos afeta e a terceirização, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 66.

No fundo, a terceirização é também um discurso: ela aponta para um novo paradigma, um novo modo de pensar e de fazer as leis, uma nova lógica entre o capital e o trabalho. É um símbolo, e por isso também um aceno, um convite, sinalizando para o desmonte progressivo das conquistas operárias. E assim o trabalho corre o risco de se tornar refém por inteiro - ou em muito maior escala - do capital.<sup>58</sup>

Sendo assim, analisando o contexto de implementação da terceirização no ordenamento brasileiro, se verifica que o Tribunal Superior do Trabalho – TST, inicia em 1986 por meio da Súmula 256 o tratamento desta prática, a qual seu conteúdo estabeleceu a possibilidade de aplicação de contratos de prestação de serviços apenas nos casos de trabalho temporário e serviços de vigilância, para demais casos era ilegal esta prática.<sup>59</sup>

Posteriormente em 1993 este entendimento foi substituído pela Súmula 331, que basicamente ampliava a prática da terceirização em outras atividades, como as atividades meio e estabelecendo a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora, permanecendo a restrição de aplicação da terceirização nas atividades fim.

Antes e após o surgimento dessas Súmulas muito debate ocorreu envolvendo à temática da terceirização, por meio de Projetos de Criação de Leis, no qual o conteúdo dos debates permite constatar o claro embate que há entre capital x trabalho. Sendo assim:

Até março de 2017, a Súmula nº 331 do TST foi o referencial jurídico de regulação da terceirização no Brasil, panorama que se alterou com aprovação da Lei 13.429, de 31 de março de 2017, (“Lei da Terceirização”) e, meses depois, da Lei 3.467/2017 (“Lei da Reforma Trabalhista”). Além dessas citadas leis de 2017, a referida súmula, no mês de agosto de 2018, foi alvo de dois julgamentos do Supremo Tribunal Federal, dotados de repercussão geral, relativos à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, tendo sufragado o pleno do Excelso Pretório, por sete votos a quatro, a licitude da terceirização ou de qualquer outro modo de divisão do trabalho em todas as atividades das empresas, inclusive finalísticas, invalidando, por conseguinte, as diretrizes principais dispostas pela Súmula 331 do TST, em convergência com a ótica da nova legislação levada a efeito.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> VIANA. Márcio Túlio. Poluições no ar: o clima que nos afeta e a terceirização, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 66.

<sup>59</sup> BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A terceirização e desigualdade: abordagem crítica sobre os projetos de lei 4330/04 e 87/2010**. São Paulo: CESIT, 2014, p. 3

<sup>60</sup> BELTRAMELLI NETO, Silvio; SILVEIRA, Laís. Representação dos trabalhadores terceirizados em face da ampliação da permissão jurídica da terceirização no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente e de seu imperativo de proteção dos direitos humanos. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 64, p. 39-61, (jan./ abr.) 2019, p. 17 - 18. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/61985>> Acesso em: 02 mai. 2020.

Desta forma, o mais recente entendimento que se tem relacionado à temática é do Supremo Tribunal Federal – STF, por meio do julgamento da Ação de descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n.324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral, válida a utilização do regime contratual da terceirização para toda e qualquer atividade, independente do objeto social da empresa.<sup>61</sup>

É fixada a tese de que “é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de organização da produção, independentemente do objeto social das empresas envolvidas no processo de descentralização produtiva, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”.<sup>62</sup>

Reafirma-se a lógica estipulada pelo capital em meio à disputa do processo regulatório pertinente a terceirização, de que prevaleça a implementação da terceirização nas atividades fim. Sendo a utilização desta, realizada em larga escala, faz com que a possibilidade de criação de vínculo direto entre o trabalhador e a empresa torna-se uma possibilidade remota, como algo pertencente ao passado e como um objetivo a prosperar de forma predominante no futuro.

O STF utiliza como argumento para a autorização de determinada prática, fundamentação econômica de livre concorrência, aumento de competitividade, aumento da produtividade ignorando preceitos fundamentais de direitos sociais, colocando a margem direitos mínimos de acesso à cidadania, gerando o questionamento de quem os irá garantir quando o próprio guardião da Constituição permite que respectivos direitos sejam alienados. Desta forma:

A Lei 13.429/2017 promoveu substancial ampliação das possibilidades de terceirização de serviços, em comparação com os padrões fixados pela já aludida legislação fragmentada e, sobretudo pela Súmula 331 do TST, e o fez por força de alteração do texto de uma lei específica, qual seja, a Lei 6.019/74 (“Lei do Trabalho Temporário”), que deixa de disciplinar apenas o trabalho temporário, passando a versar sobre todos os tipos de prestação de serviços.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> ALLAN, Nuredin Ahmad. A terceirização como elemento de perda da identidade da classe trabalhadora, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 195

<sup>62</sup> LOGUERCIO. José Eymand. A versão “ultraliberal” do trabalho como mercadoria: A traição ao “espírito de Filadélfia”, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 95.

<sup>63</sup> BELTRAMELLI NETO, Silvio; SILVEIRA, Laís. Representação dos trabalhadores terceirizados em face da ampliação da permissão jurídica da terceirização no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente e de seu imperativo de proteção dos direitos humanos. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 64, p. 39-61, (jan./ abr.) 2019, p. 17 - 18. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/61985>> Acesso em: 02 mai. 2020, p. 17-18.

Assim a terceirização torna-se uma epidemia, atingindo tanto o setor público como o privado, tanto a atividade meio, como a atividade fim, abrindo caminho para o adoecimento das relações de trabalho por meio do enfraquecimento da solidez do ordenamento jurídico de proteção aos direitos sociais, que impõem limites de atuação ao capital.

Muitos se utilizam da argumentação da necessidade de alterações nos dispositivos que regulamentam as relações trabalhistas, com o objetivo de modernização destas, com o intuito que acompanhe as transformações sociais, a reforma trabalhista foi possível, inclusive por meio desta entre outras reivindicações por parte de alguns setores da sociedade para que determinada alteração ocorresse. Mas o que se observa é que, as mudanças não são realizadas essencialmente para adequar-se a realidade contemporânea e sim são utilizadas como pretexto para introduzir reformas de imperativo econômico. Neste sentido, José Eymard Loguercio traz importante observação de preceitos constitucionais:

O artigo 1º da CRFB/88 estabelece como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, em seu inciso IV, “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. O artigo 170, caput, repete que a ordem econômica está fundada na “valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.”<sup>64</sup>

“A ordem dos termos “valorização do trabalho humano” e “livre iniciativa” indica não uma simetria entre eles. Indica a prevalência do valor social do trabalho sobre a livre iniciativa. A releitura do STF inverte essa ordem! Reescreve a Constituição!”<sup>65</sup>

O cenário internacional seja através de tratados internacionais ou até mesmo por meio de instituições, como principalmente a Organização Internacional do Trabalho – OIT seguem diretrizes que somadas a Constituição Federal de 1988, estabelecem o que são as bases de sustentação do direito do trabalho, através da imposição de limites de atuação do capital perante o trabalhador, a proteção de direitos sociais para que o trabalho seja um dos mecanismos de acesso à cidadania.

Assim, o ordenamento tem que caminhar no sentido de sanar o caos da desigualdade social, as brechas nas leis devem ser utilizadas para introdução da aplicação de justiça e não serem utilizadas como mecanismos de perpetuação de fraude. A Carta Magna apresenta o

---

<sup>64</sup> LOGUERCIO. José Eymand. A versão “ultraliberal” do trabalho como mercadoria: A traição ao “espírito de Filadélfia”, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, pag. 96.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 96.

caminho, esta possui os dispositivos necessários para a introdução de aplicação de leis que possibilitem diminuir o abismo que por vezes se tem entre lei e realidade.

### **2.3 Precarização: Elemento indissociável da terceirização**

A frase comumente utilizada de que “o trabalho liberta” pode ser usada em diferentes perspectivas, mas quando é introduzida na realidade fática do contexto social da classe trabalhadora em âmbito global, constata-se que a realidade não é bem esta, e sim de que o trabalho através da ótica estabelecida pelo o neoliberalismo é fator de controle e não de autonomia dos trabalhadores, seja no aspecto econômico, social e ideológico.

O exame da modernização através dos programas elaborados pelo capital permite constatar-se que há uma valorização do lucro em detrimento ao trabalho humano. A terceirização é uma representação fiel deste retrato, no qual em primeiro lugar se respeita o patrimônio, os interesses de uma classe social dominante buscando o acúmulo de capital, podendo esta utilizar-se até mesmo da mercantilização plena da condição humana para alcançar este objetivo, inclusive com anuência da legislação.

Analizando o contexto histórico do Estado brasileiro, perante a criação e perpetuação de restritos nichos econômicos que compõem a classe dominante do país, os quais a origem do poder e riqueza em sua grande maioria, estruturam-se no suor, perseguição e morte, principalmente de povos indígenas e negros. Esta fonte de exploração não se esgotou, pelo contrário, se transformou em conjunto com o sistema capitalista, estabelecendo uma espécie de seleção natural, predispondo quem estará direcionado a riqueza e quem estará fadado a pobreza.

A Constituição da República Federativa de 1988 busca reconstruir esta história com base em um Estado democrático de direito, no qual há dispositivos suficientes que comprovam este direcionamento, de proteção de garantias mínimas que forneça condições de dignidade para as maiorias, seja esta numérica ou em grau de importância, com base em uma sociedade mais igualitária e justa.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> GÓIS, Tainã, Terceirização e acesso à justiça In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 305.

Diante da realidade fática contemporânea brasileira sob a perspectiva social, econômica e política, o ordenamento brasileiro possibilitou a inserção e propagação do modelo de produção japonês, ou seja, autorizou a disseminação da terceirização em variados seguimentos de produção. Adequando-se desta forma, a lei interna de uma nação, ao comando soberano de controle do neoliberalismo sob suas demandas de reajustes estruturais.

Desta forma a terceirização se faz presente na estrutura de trabalho brasileira, correspondendo como um dos fatores que contribui para o desmonte do ideal traçado pela Constituição Federal de 1988, conduzindo-se em direção oposta ao que foi estabelecido por meio da Carta Magna e de preceitos internacionais, que asseguram a proteção social do trabalho e limitam a relação cruel entre o capital e o trabalhador.

Seguindo preceitos preconizados pela teoria do Direito Constitucional do Trabalho, Sociologia do Trabalho e até mesmo Direito Econômico do Trabalho, torna-se inevitável ao ser abordada à temática da terceirização não associar esta a precarização, a qual se transfigura respectiva relação em uma vinculação de causa e efeito. Há embasamento científico suficiente por meios de inúmeras pesquisas empíricas realizadas, que comprovam os danos que a subcontratação causa ao trabalhador.

A precarização do trabalho na terceirização ocorre por meio das próprias condições de trabalho, que estão diretamente direcionadas a redução de custos, principal fator de estímulo a impulsionar uma empresa adotar a terceirização. A empresa prestadora de serviços segue na mesma linha, adotando a redução de gastos, esta dinâmica traz consequências diretas ao trabalhador e realização de seu trabalho.

A estrutura de formação deste fenômeno possibilita que tais fatos ocorram, devido às empresas intermediadoras de mão de obra não serem as detentoras dos meios de produção, logo, possui um capital menor comparado com a empresa mãe, o que ocasiona menos investimentos da empresa contratada na infraestrutura das atividades laborais.

Por meio de relatos dos próprios trabalhadores a respeito da realidade fática, é possível constatar, fatos elencados que semeia a existência de uma situação que possibilita o enfraquecimento da dignidade humana. O adoecimento é um dos elementos mais graves que

compõem o processo de precarização ao qual a terceirização esta atrelada, o maior índice de acidentes ocasionados no trabalho ocorre com trabalhadores terceirizados.

Os trabalhadores acabam por serem expostos a condições de insegurança durante a realização do trabalho, seja por falta de orçamento e tecnologia para o fornecimento de material de proteção aos trabalhadores, ou seja, por outros elementos que contribuem para o aumento do risco a exposição de elementos danosos ao trabalhador.<sup>67</sup>

Os danos causados na saúde do trabalhador terão consequências em diversas áreas da vida pessoal deste, não são fatores que se extinguem com o final do expediente, se estendem por jornadas incalculáveis e por vezes por uma vida inteira, transcendem o campo formal e se concretizam na materialidade, como por exemplo, um trabalhador adquire uma deficiência devido à falta de equipamentos adequados a realização de sua atividade laboral ou quando não chega a óbito. Esta realidade é evidente como Laura Benda apresenta:

Conforme o Relatório de Estatísticas de Acidentes do Setor Elétrico Brasileiro, produzido pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Coge), os trabalhadores terceirizados morrem 3,4 vezes mais do que os efetivos nas distribuidoras, geradoras e transmissoras da área de energia elétrica, acidentando-se 5,5 vezes mais. Apenas em 2011, das 79 mortes ocorridas no setor, 61 foram de trabalhadores de empresas terceirizadas.<sup>68</sup>

Esta lógica é perversa, ao expor a vida humana em uma vulnerabilidade extrema ao ponto de ocorrer mortes de trabalhadores em prol do acúmulo de capital, esta situação é predatória e expõem a face mais cruel do capitalismo. Ao estimular o ponto de vista mesmo que não anunciado diretamente, de que as pessoas devem servir a economia e não esta ser utilizada para proporcionar o Estado de bem estar social, isto remete a perspectiva de que para se obter lucro é necessário extrair o custo humano incorporado à produção.

Na realidade, o descaso permanece sendo a marca registrada da terceirização e proporcionando indignidade ao trabalhador, os baixíssimos salários proporcionam impactos de degradação em diversos aspectos seja em âmbito individual como coletivo dos cidadãos. Seguindo a estratégia traçada pela terceirização, isto permite que os detentores dos meios de

---

<sup>67</sup> BENDA, Laura. Terceirização: um disfarce que adoece e mata, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 594.

<sup>68</sup> Ibidem, p.595.

produção consigam ampliar sua arrecadação, por meio da comercialização do trabalho humano.

Os funcionários contratados diretamente pela empresa mãe possuem melhores salários e melhores condições de trabalho comparado aos trabalhadores terceirizados, possibilitando desta forma, a existência de exclusão social dentro do ambiente de trabalho, por meio de discriminação. O trabalhador terceirizado é identificado quase que como um “cidadão de segunda categoria”, que se encontra nas sombras de um sistema de proteção social, sendo mais um elemento que ocasiona o sentimento de deslocamento do trabalhador, de não pertencimento relacionado a empresa mãe, não sentindo-se de mesmo modo, funcionário da empresa interposta, devido não ter contato diário com a estrutura de funcionamento desta.

A rotatividade em postos de trabalhos é outro componente que potencializa à precarização do trabalho terceirizado, contribuindo para o impedimento de uma construção da identidade profissional, criação de um ideário coletivo de classe trabalhadora, afastando os trabalhadores das unidades produtivas e de fatores que possibilitem a congruência e fortalecimento entre estes nas reivindicações de seus direitos, como as negociações coletivas.

Quando o trabalhador realmente é contemplado com o sistema de proteção social, este terá conforme Gabriela Delgado e Renata Queiroz afirmam “concretude dos processos de cidadania e inserção social que o trabalho regulado proporciona”, logo, os benefícios produzidos pelo mercado, possibilidade de promoção, grau remuneratório assegurado, grau de proteção tranquila em âmbito da vida doméstica, serão destinados aos trabalhadores com melhores qualificações. Em regra geral, o trabalhador terceiro possui menor grau de qualificação profissional.<sup>69</sup>

A evidente realidade proporcionada pela terceirização e por dentre outras reformas empreendidas contra a classe trabalhadora e o direito do trabalho em sua essência, caminha em sentido contrário do que representa o direito do trabalho, manifesta o incontestável quadro de exclusão social existente no país, principalmente ao que tange a educação digna e de qualidade, que possibilita a emancipação do indivíduo seja em âmbito individual como

---

<sup>69</sup> DELGADO, Gabriela Neves; DUTRA, Renata Queiroz. Terceirização sem limites: A crônica de uma tragédia social anunciada In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 91.



coletivo, que proporcione a liberdade e não o aprisionamento do ser, na descrença de seu potencial.

A terceirização afasta tudo aquilo que esta relacionado à qualidade, não se tem como projetar qualidade a algo que tem como fundamento a exploração humana, no qual as pessoas passam a ser coisas, ocorrendo a invisibilidade destas. Esta ótica parte da necessidade de analisar a terceirização em seu aspecto global, no qual os impactos deste projeto serão sentidos em variadas vertentes sociais.

Assim como, ampliação da terceirização nas atividades fim anuncia que qualquer um ficará suscetível a ser atingido pela terceirização, trata-se do mais novo projeto instaurado pelo capital, mas que na realidade pertence a uma ambição antiga do neoliberalismo. Tais efeitos causarão impacto sob a classe trabalhadora como um todo, promovendo ainda maiores desajustes sociais.

Respectivo cenário representa verdadeiro retrocesso ao que foi positivado por meio do processo constituinte, conforme Germano Siqueira apresenta: “O processo constituinte além do mais, foi momento de destaque no plano das discussões sobre as relações de trabalho, tendo não só legitimado a ordem jurídica laboral preexistente, elevada a patamar constitucional, mas avançado no que havia de conquistas”.<sup>70</sup>

O interesse específico de uma classe dominante, ou seja, a classe empresarial vem galgando resultados frutíferos com base na exploração da classe trabalhadora, por meio da desconsideração de limites constitucionais. A terceirização é apenas mais um instrumento utilizado pelo capital para obtenção do lucro que tanto almejam, utiliza-se de mecanismos ardilosos para ditarem e manipularem regras, no qual tem como objetivo conseguir o provento final, referida estrutura remete ao modelo escravagista no qual se adquiria lucro por meio da exploração humana.

## **2.4. Terceirização sob a perspectiva do racismo estrutural**

---

<sup>70</sup> SIQUEIRA, Germano. Terceirização: O mito dos 14 benefícios In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p; 59.

A maior parte dos postos de trabalho de empregos terceirizados são compostos por negras e negros, esta afirmação não se trata de nenhum dado novo, anteriormente desconhecido pela sociedade, assim como ter a maior quantidade de negros trabalhando em trabalhos subalternizados e até mesmo na informalidade sem nenhuma proteção social e estando a maior parte desta população à margem da sociedade. Não se trata de elementos inéditos ao contexto social brasileiro.

O sistema capitalista é composto por uma estrutura organizacional formada por meio da inclusão de microssistemas, o racismo atua como uma peça essencial de sustentação deste arranjo. Através da observação de dados referentes à desigualdade econômica social, o componente da discriminação racial torna-se um importante marcador de como a desigualdade entre raças, opera sob o poder aquisitivo de um indivíduo. Neste sentido, Silvio de Almeida traz que:

[...] o sociólogo negro Oliver Cox em seu vultoso *Caste, Class and Race* propõe a tese de que o racismo é derivado das relações econômicas capitalistas e compõem um aspecto essencial da luta de classes. De orientação marxista, Cox considera que o antagonismo racial é um fenômeno surgido na modernidade, não verificado em sociedades pré-modernas. Segundo o estudioso, a exploração e o preconceito racial desenvolveram-se entre europeus com o surgimento do capitalismo e do nacionalismo”.<sup>71</sup>

O fenômeno relacionado à discriminação racial é complexo e manifesta-se de diferentes maneiras, utilizando-se desde elementos básicos relacionados ao cotidiano ou a fatores que necessitam de um maior grau de sofisticação, percorrendo desde um cenário em que no passado os negros eram vistos como objeto sem alma e atualmente são vistos como mercadorias. A experiência da terceirização possibilita realizar esta constatação, diante do fato que o produto oferecido pela empresa prestadora de serviços trata-se de mão de obra humana, que em sua grande maioria é composta por trabalhadores negros.

O racismo atua de diversas formas, no passado este era vislumbrado principalmente através da violência física, suas consequências eram materiais, naquela época não se falava em racismo velado, este era claro e vital para manutenção da economia através da exploração de corpos negros. O retrato histórico traçado pelo Brasil torna-se evidente como racismo e economia estão interligados. Como o retrato histórico traçado por Mauricio Godinho Delgado.

---

<sup>71</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.158.

Embora a Lei Áurea não tenha, obviamente, qualquer caráter justabalhista, ela pode ser tomada, em certo sentido, como o marco inicial de referência da História do Direito do Trabalho brasileiro. É que ela cumpriu papel relevante na reunião dos pressupostos à configuração desse novo ramo jurídico especializado. De fato, constitui diploma que tanto eliminou da ordem sociojurídica relação de produção incompatível como ramo justabalhista (a escravidão), como, em consequência, estimulou a incorporação pela prática social da fórmula então revolucionária de utilização da força de trabalho: a relação de emprego. Nesse sentido, o mencionado diploma sintetiza um marco referencial mais significativo para a primeira fase do Direito do Trabalho no País do que qualquer outro diploma jurídico que se possa apontar nas quatro décadas que se seguiram a 1888.<sup>72</sup>

O conceito de raça foi criado em meados do século XVI, em conjunto com o contexto de descoberta do novo mundo por meio da ampliação economia mercantilista, será este cenário que o movimento renascentista irá utilizar como base para refletir sobre a pluralidade do ser humano, o que permitirá a criação de teorias relativas à raça. Neste sentido, Silvio de Almeida expõe que com o conceito de raça:

nasce à ideia de que características biológicas - determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência”.<sup>73</sup>

A segmentação dos seres humanos por meio da classificação entre raças, desenvolvida em meio ao sistema capitalista em torno do século XVI, será utilizada como fator de legitimação para discriminação a partir de políticas realizadas pelo Estado, seja de forma direta como a escravidão (ano que começou e ano que terminou) ou indireta como genocídio da população negra em favelas. Refletindo desta forma, na formação de um racismo estrutural que se manifesta nos mais variados âmbitos sociais, seja por meio de instituições, ações individuais como coletivas, mas encontra-se intimamente relacionado a algo arquitetado ideologicamente e estrategicamente pelo sistema neoliberal.

O racismo naturaliza o infortúnio, traz a percepção de que uma série de fatores acometem a população negra brasileira que são de conhecimento social amplo e irrestrito, comprovado por meio de inúmeras pesquisas e a realidade fática, como, por exemplo, o encarceramento em massa da população negra, trabalhos precarizados serem ocupados em sua grande maioria por pessoas negras, poucos cargos de liderança ocupados por negros em

<sup>72</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 115.

<sup>73</sup> ALMEIDA. Op. Cit. p. 29.

empresas, o maior índice de mães solteiras serem compostos por mulheres negras, entre outros fatos.

Trazem a percepção que tais mazelas são frutos de escolhas individuais, não havendo uma estrutura que opera contribuindo para que tais fatos elencados acima venham a acontecer, para uma parcela da sociedade esta justificativa não passa de mero vitimismo.

O mito da democracia racial fez parte da construção histórica do país e permanece no pensamento acrítico desta nação, normalizando fatos frequentes como os anteriormente citados, como espontâneos justificados como efeito de causa e consequência analisado apenas em perspectiva individual. Com a abolição da escravidão (1888), não houve nenhuma política pública desenvolvida pelo governo para assegurar direitos sociais a população afrodescendente, dependendo esta da própria sorte, neste sentido Florestan Fernandes relata:

Os escravos é que foram expulsos do sistema de trabalho e, onde houve abundância de mão-de-obra livre, nacional ou estrangeira viram-se diante de uma tragédia. Desesperados para competir com os imigrantes ou para se deslocar para outras ocupações, foram condenados ao ostracismo e à exclusão.<sup>74</sup>

Complementando este pensamento, Florestan Fernandes afirma que:

Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem “vagabundos”, “boêmios”, “parasitas de suas companheiras”, “bêbados”, “desordeiros”, “ladrões” etc. A estigmatização do negro, associada à condição escrava, ganhou nova densidade negativa. A abolição pela via oficial não abria nenhuma porta – as fechava.<sup>75</sup>

Esta é a especificidade da realidade brasileira perante o racismo e o mito da democracia racial criada por este mecanismo que proporciona o aprofundamento das mazelas sociais do país, coincidindo respectivo discurso, conforme afirma Silvio de Almeida com o início do projeto de adaptação da sociedade e do Estado brasileiro ao capitalismo industrial.<sup>76</sup>

Assim como o capitalismo transforma-se com o passar do tempo o mesmo acontece com o racismo, este acaba por ser adequar ao capitalismo para servir a este, se manifestando

<sup>74</sup> FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Autores Associados, 1989, p. 55.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>76</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.179.

seja de forma ideológica, política, econômica, por meio de mecanismos jurídicos, dentre outras formas.<sup>77</sup>

A relação entre direito e racismo demonstra que houve momentos da história que a ideologia racista obteve respaldos jurídicos, legitimando desta forma regimes abertamente racistas como, por exemplo, a escravidão no caso do Brasil, o regime de Apartheid na África do Sul e nos Estados Unidos a política de segregação racial, tanto na esfera pública como na privada, tais práticas nas nações mencionadas, foram realizadas com total respaldo da lei. Estes fatos históricos representam como o direito possui forte ligação com o poder, como Silvio de Almeida respalda:

as leis são uma extensão do poder político do grupo que detém o poder institucional. O direito, nesse caso, é meio e não fim; o direito é uma tecnologia de controle social utilizada para a consecução de objetivos políticos e para a correção do funcionamento institucional, como o combate ao racismo por meio de ações afirmativas, por exemplo.<sup>78</sup>

Com isso o racismo estrutural apresenta-se como umas das engrenagens necessárias para o funcionamento da máquina capitalista, em que o racismo reproduzido por pessoas e instituições não se tratam apenas de atitudes meramente individualizadas, mas sim de ações que compõem uma estrutura, que por muito tempo foi e permanece sendo utilizada para reproduzir tais práticas, mas que também abre caminhos através de sua imperfeição para o enfrentamento e reparações históricas.

O campo econômico é o principal meio no qual as consequências do capitalismo manifestam-se e propiciam uma série de mazelas sociais, através de desigualdades econômicas. No Brasil estas adversidades possuem raízes fincadas no contexto da escravidão, que trouxe consequências diretas ao poder aquisitivo da população negra, educação formal, saúde entre outros fatores que realimentam a máquina racista capitalista, e comprova que o discurso da democracia racial se trata de uma falácia.

No mercado de trabalho é facilmente perceptível à organização do sistema capitalista a partir do conceito de raça, em que alguns perfis raciais são preteríveis a outros para executar determinadas tarefas. Há cargos que existe um fenótipo pré-estabelecido para ocupá-los, que

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 135.

por muitas das vezes são construídos através de uma série de estigmatizações sociais incorporadas pelo mercado, incidindo principalmente tais efeitos maléficos de estereótipos sob as minorias sociais.

A discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho atua como elementos subjetivos na organização deste, manifestando-se por diferentes mecanismos, no qual o sistema já tem uma figura personificada do ideal a ser seguido no que diz respeito ao papel que será desempenhando pelos indivíduos sociais, que dependendo da cor da pele, do gênero e também da classe social a qual pertencem, o sistema acaba por enquadrar estes indivíduos seja em sentido geográfico ou social naquilo que acredita ser, seu lugar.

Sendo assim, esses artifícios utilizados pelo capitalismo proporcionam a superexploração do trabalho, seja por meios de baixos salários, jornadas de trabalhos exaustivas, falta de equipamentos apropriados para os trabalhadores exercerem seu trabalho, diminuição de proteção social dentre outras realidades.

O racismo e o machismo são utilizados como mecanismos pelo capital no mundo contemporâneo, como modo de incorporação e justificação indireta para que determinados grupos, as minorias, recebam determinados salários, estejam presentes em maior porcentagem em determinadas categorias profissionais. É realizada uma série de malabarismos por parte do sistema, para que o contexto seja analisado apenas em perspectiva individual, desconsiderando o contexto de forma ampla, não sendo analisado o macro e sim apenas o micro.

Com isso, a dinâmica propiciada pelo o sistema perante as minorias dificulta ainda mais a possibilidade organizacional destas pessoas para realizar reivindicações, seja em âmbito individual como coletivo, o que contribui para a diminuição do potencial reivindicatório. A razão de existência do direito do trabalho surge a partir da necessidade de regulação de uma relação que por si só, nasce desigual e que para as minorias as discriminações as quais são acometidas na sociedade, são por muitas vezes, reproduzidas no ambiente de trabalho e por meio das instituições, que também compõem a sociedade e reproduz o que há em sua estrutura. Nesta perspectiva: “enfim, tanto causas quanto efeitos recaem apenas sobre os

sujeitos e nunca são questionadas as estruturas sociais que permitem a repetição dos comportamentos e das relações que desencadeiam em crises”.<sup>79</sup>

Sendo assim, quando é abordado o tema classe social, não há como dissociar desta temática a questão racial, não trata-se de algo paralelo que tem que se abordado separadamente deste conceito, pelo fato de que entre os indivíduos que compõem as classes sociais, também haver pessoas negras, são elementos que estão interligados, que coabitam um mesmo ser a partir de uma perspectiva social. Neste sentido, Silvio de Almeida traz que: “Para Clóvis Moura, a luta dos negros desde a escravidão constitui-se como uma manifestação da luta de classes, de tal sorte que a lógica do racismo é inseparável da lógica da constituição da sociedade de classes no Brasil”.<sup>80</sup>

Desta forma, principalmente analisando especificamente o Brasil, é necessária a busca por políticas de combate ao racismo para que ocorra a superação de diversas mazelas sociais impostas pelo sistema capitalista, que utiliza dentre os seus inúmeros mecanismos de dominação, o racismo como mais um elemento fundamental para a perpetuação de desigualdades e discriminação.

A terceirização associada ao racismo estrutural tem sido mais uma estratégia moderna de controle utilizada pelo capitalismo, para gerar a manutenção do acúmulo de riquezas nas mãos dos detentores dos meios de produção, o que proporciona enorme concentração de renda para uma pequena parcela mundial, enquanto que para outra parte da população ocasiona escassez de renda.

E quando se é analisada a população negra de forma específica e em escala global, torna-se fácil à constatação de quem são os seres humanos que mais estão sofrendo com essa dinâmica e que não são todos vistos como iguais perante as escolhas econômicas, políticas e ideológicas, evidenciando que há um segmento da população associada ao conceito de raça, que estão sentindo os efeitos mais perversos que o capitalismo pode proporcionar.

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 186.

### **III - OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA TERCEIRIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

#### **3.1. Mudanças nas relações trabalhistas ao longo dos séculos exigem alterações de atuação no movimento sindical**

O movimento sindical nasce na Grã-Bretanha em meio ao surgimento da primeira revolução industrial, que tem como marco tecnológico a criação da máquina a vapor em 1712, nasce assim, como produto do próprio sistema capitalista, em virtude das correlações de forças existentes entre capital x trabalho que são inerentes à essência trabalhista.<sup>81</sup>

Desta forma, o movimento operário insurge com raízes fincadas na organização popular e na reivindicação de direitos sociais, por meio da conscientização dos trabalhadores das diferenças socioeconômicas existentes entre os indivíduos que compõem a relação bilateral empregado x empregador no sistema de produção capitalista, diante da necessidade de defesa e busca de direitos para que esta relação possa ocorrer de forma mais equilibrada e digna a classe trabalhadora.

A trajetória de formação dos sindicatos é composta por ciclos, que estão fortemente atrelados a fatos históricos de grande impacto político, econômico, social e jurídico. Desde o momento de sua criação, esta associação coletiva é marcada por diferentes perseguições, como, por exemplo, o não reconhecimento de sua validação jurídica, Mauricio Godinho Delgado ressalta que, trata-se da fase da proibição sindical, eventualmente acoplada com a própria criminalização da prática de atos sindicais.<sup>82</sup>

Passado este momento, o movimento sindical avança na organização coletiva, fortalecendo-se e começando a galgar respaldo jurídico para que sua existência não seja mais vista como ato cabível de criminalização. Neste contexto a Grã-Bretanha em 1820, a terceira etapa de construção do sindicalismo, colocará fim a prática de organização da classe trabalhadora ser considerada delito, sendo reconhecido o pleno direito de livre associação e auto-organização dos sindicatos<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 1540.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 1541.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 1542.



Assim na Europa Ocidental em meados da metade do século XIX, será consolidada esta terceira fase do movimento sindical, que proporcionará sua construção sólida, por meio do reconhecimento jurídico de sua legalidade, impulsionando a sistematização e consolidação do Direito do Trabalho, tanto em perspectiva individual, como coletiva.<sup>84</sup> Assim, conforme Mauricio Coutinho Delgado apresenta:

Por fim, algumas décadas após, em 1919, com o tratado de Versalhes e a fundação da Organização Internacional do Trabalho, a par do fenômeno da constitucionalização do Direito do trabalho (Constituições do México e Alemanha de 1917 e 1919, respectivamente), os direitos de livre e autônoma associação e sindicalização tornam-se sedimentados na cultura jurídica ocidental.<sup>85</sup>

O movimento sindical irá estender-se inicialmente pela Europa Ocidental, posteriormente no norte dos Estados Unidos e subsequentemente para o restante dos demais países. Analisando de forma específica o Brasil, o movimento operário possui dois momentos importantes como marco histórico de sua evolução, trata-se do ano de 1930 e 1988.<sup>86</sup>

Em 1930 começa a surgir o movimento sindical organizado em centrais sindicais, sobretudo no Estado de São Paulo, devido à existência dos grandes parques industriais da região do ABC paulista. Inicialmente esta construção de sindicatos é marcada pela busca de consolidação de força e organização efetiva por parte dos trabalhadores, que até este momento histórico não possuía condições de disputa e impacto na elaboração de textos normativos.<sup>87</sup>

O ano de 1988 é outro importante marco de formação do direito sindical, ao romper com parte de estruturas autoritárias e corporativistas que estão presentes desde o começo de sua criação, conforme expõe Mauricio Godinho Delgado:

O modelo trabalhista brasileiro preponderante no século XIX construiu-se, como se sabe, nas décadas de 1930 a 40, no desenrolar do governo de Getúlio Vargas. O mais importante pilar desse modelo era o sistema sindical, que se entrelaçava com seus demais sustentáculos.<sup>88</sup>

Sendo assim a Constituição Federal de 1988, torna-se um marco de suma importância ao proporcionar mudanças estruturais significativas ao direito do trabalho e sindical, tais

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 1541 e 1543.

<sup>87</sup> FAUSTO, Bóris, p. 13, 1976 apud DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 1545.

<sup>88</sup> DELGADO, Maurício Godinho. Op. Cit. p. 1545.

transformações refletem maior participação popular na produção do texto constitucional por meio da assembleia constituinte em 1987. Com relação ao direito sindical especificamente, uma das principais conquistas fez-se por meio da proibição de intervenção do Ministério Público do Trabalho, ou seja, intervenção estatal nos sindicatos, rompendo desta forma, com a dominação promovida por entes públicos sob a liberdade do movimento sindical.<sup>89</sup>

Além disso, a Carta Magna de 1988 como nunca antes na história das constituições assegura e estabelece mecanismos de fomento a prática da negociação coletiva autônoma e o direito a greve, através de artigos que garantem a consolidação dos direitos sociais e preservação de direitos fundamentais.<sup>90</sup>

Desta forma, a partir da análise do contexto histórico de surgimento e perpetuação do movimento sindical, este possui a seguinte natureza jurídica: “o sindicato consiste em associação coletiva, de natureza privada, voltada à defesa e incremento de interesses coletivos profissionais e materiais de trabalhadores, sejam subordinados ou autônomos, e de empregadores”.<sup>91</sup>

A partir do exposto até então, é possível realizar a afirmação de que esta associação coletiva nasce como uma das consequências geradas pelo sistema econômico capitalista, a partir de anseios por igualdade econômica, social e política. Sendo assim, importantes fatos históricos iram reverberar na construção do movimento sindical, este sente os efeitos positivos e negativos dos acontecimentos que marcam o sistema capitalista e sua relação com a atividade laboral. Neste sentido:

A evolução sindical nos países capitalistas centrais demonstra uma clara linha de coerência entre o processo de democratização daquelas sociedades e Estados com o reconhecimento e resguardo dos direitos e princípios da livre autônoma associação sindical.

Essa mesma linha evolutiva demonstra, porém, que as regressões políticas autoritárias eventualmente ocorridas em países europeus sempre se fizeram acompanhar do implemento de regras jurídicas inviabilizadoras ou restritivas desses princípios e direitos sindicais – o nazifascismo e o corporativismo são exemplar prova de tais conclusões.

Assim, não necessariamente será simétrica a linha de evolução do sindicalismo contemporâneo, uma vez que as rupturas antidemocráticas podem comprometer décadas de avanço jurídico alcançado nesse tempo.<sup>92</sup>

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 1549.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 1551.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 1536.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 1543.

A terceirização comporta-se como um componente antidemocrático, interferindo na autonomia do movimento sindical e enfraquecendo a classe trabalhadora em diferentes aspectos, contribuindo para o crescimento da desigualdade econômica e a concentração de renda. A subcontratação se alastra feito uma praga, passando por cima dos trabalhadores, sendo introduzida nas atividades meio e atingindo as atividades fim, parecendo intransponível a sua contenção, o que demonstra uma retração do poder operário frente ao capital, que é composto por um grupo minoritário que possui forte poder, seja midiático, religioso, moralizante, judiciário, legislativo entre outros.

A terceirização criou uma nova divisão do trabalho e reorganização geopolítica, em que impera a lógica da regulamentação da lei de liberdade econômica sob a relação de trabalho e o próprio direito do trabalho, ocorrendo total inversão do que consta na Constituição Federal de 1988.

Certo grupo social sente-se no direito de ter a propriedade sob absolutamente tudo, desde recursos naturais à pessoas, o sindicato faz contraponto a esta percepção de lucro predatório. Nesta acepção, a terceirização esta relacionada diretamente a essência da exploração. Marcio Túlio Viana diz:

É verdade que o trabalhador pode aceitar ou não ser negociado. Em teoria, o mercador de homens lida com homens livres. Mas como a liberdade é condicionada pela necessidade, talvez não haja tanta diferença entre esse mesmo mercador de hoje e o traficante de dois séculos atrás, que em cima de caixotes, no cais do porto, exhibia os dentes e os músculos dos escravos aos eventuais compradores.<sup>93</sup>

A dinâmica do trabalho passou por diversas alterações ao longo dos anos, a terceirização é apenas mais um elemento agregador a tais mudanças. Mas será com a chegada do capitalismo industrial (1780), que estas transformações tornaram-se centrais, no qual o trabalho será componente estratégico para o desenvolvimento do neoliberalismo, em que o lucro passa a ser o objetivo a ser perseguido, o tempo precioso, devendo ser utilizado de forma produtiva e à serviço da competitividade.

---

<sup>93</sup> VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003, p. 118.

Desta forma, diante das necessidades dos capitalistas cada vez mais crescente de ganho, ocorre uma reorganização planejada do trabalho com a inserção das fábricas, como forma de disciplinar os trabalhadores, com o propósito de obter produção de mercadorias a tempo e a hora, objetivando assim, controlar o processo produtivo e os obreiros de modo geral. Neste sentido, Márcio Túlio Viana faz um adendo “Todas as instituições da sociedade – da escola à igreja, da família ao clube, do bar à imprensa – passaram a produzir a ideologia capitalista, com a mesma sincronia da fábrica.”<sup>94</sup>

Mas ao mesmo tempo em que a fábrica foi importante para criar controle sobre os trabalhadores, esta permitiu a união de forças destes em prol de objetivos e reivindicações em comum, abrindo espaço para a criação de greves e do direito do trabalho em si.

Aquela concepção atrelada à produção artesanal, de saber todas as etapas do processo produtivo, foi substituída pela percepção do taylorismo e fordismo de concentrar o conhecimento, saindo dos trabalhadores e centralizando na máquina. Isto propiciou o aumento do senso de coletividade entre os obreiros, fator essencial para a criação do movimento operário.<sup>95</sup> Desta forma:

Assim, a fábrica passou a mesclar a automação com os novos métodos de gestão de mão-de-obra. Basicamente, eram variações do taylorismo, o mesmo taylorismo que os norte americanos haviam inventado e exportado para o Japão, em plena era fordista, e que o Japão aperfeiçoara, para agora exportar.<sup>96</sup>

Na contemporaneidade a fábrica se apresenta em formato diferenciado ao qual foi construída, mais uma vez a divisão do trabalho se fez presente e alterou o dinamismo do trabalho na indústria, que ao invés concentrar e centralizar as atividades, passou a operar como uma espécie de regra geral, a flexibilização.

À vista disso, a fábrica caminha no sentido de diminuir gastos e aumentar o lucro, eliminando primordialmente o que não está relacionado às suas atividades principais, mas se até a eliminação destas práticas significar maior rentabilidade, estas não iram sobreviver à ordem suprema do neoliberalismo, ou seja, o lucro.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>97</sup> Ibidem.

Mas ao eliminar esses gastos a empresa não deixa de existir, esta permanece operando com um detalhe, como Márcio Túlio Viana exemplifica.

Em certos casos (terceirização interna), ela reaproveita uma parte dos trabalhadores expulsos, valendo-se de outra empresa, que os comercializa. Em geral eles voltam com um uniforme mais simples, um salário mais pobre e uma aderência menor. E ela também os reencontra diferente, sem o status e o ônus de empregadora. É como uma espécie de mágica.

Em outros casos (terceirização externa), a fábrica passa a gerir tudo – homens, máquinas, matéria-prima, produtos – através das outras empresas da rede, tal como fazia nos primeiros tempos do capitalismo industrial, quando ainda era difusa. A grande empresa funciona como o “motor do ciclo.”<sup>98</sup>

Isto posto, o desenvolvimento histórico do movimento sindical relata a existência de uma repressão constante a este, é como se houvesse um embate diário para legitimar sua razão de ser, duelo este que vem se acirando com o passar do tempo, inclusive no contexto brasileiro com o advento da Lei 13.467/2017, que faz com que o país se afaste do ideal de democracia estipulado pela Constituição Federal de 1988 e se aproxime da época dos regimes ditatoriais.

A terceirização contribui neste sentido, sendo mais um fator usado estrategicamente pelo capital, como forma de desarticulação do movimento operário, logo para o enfraquecimento da classe trabalhadora diante dos detentores dos meios de produção. O movimento sindical ainda é uma ameaça constante ao movimento patrimonialista, por isso são elaboradas constantemente artimanhas para o enfraquecimento deste.

### **3.2. Enfraquecimento da percepção do trabalhador referente à luta de classes, como resultado de reformulações neoliberais.**

A terceirização ocorre como um processo de desestruturação do movimento sindical, por meio da tentativa de driblar dispositivos constitucionais referentes à atuação dos sindicatos e proteção do trabalhador. O trabalhador tem dificuldade de identificar-se socialmente através da função por este realizada, resumindo-se a dizer que é um trabalhador terceirizado, não especificando a categoria profissional a qual pertence.

---

<sup>98</sup> Ibidem.

Nesse sentido, a terceirização proporciona a perda da coletividade no ambiente de trabalho, aquela união criada pelo ambiente fabril de trabalhadores interligados exercendo atividades semelhantes, abria espaço para questionamentos similares e fortalecia reivindicações coletivas. Desta forma, o fato de os trabalhadores terem o mesmo vínculo de contrato de trabalho é um dos fatores essenciais que contribui para coesão entre a classe operária na pretensão de galgar melhores condições de trabalho e salarial.

Desta maneira, com a terceirização ao invés de se ter apenas uma categoria no ambiente da empresa, passa a se ter diversas categorias dentro de um mesmo local de trabalho, o que gera falta de coalisção entre os trabalhadores. Logo, em longo prazo tal situação criará dificuldades para os trabalhadores buscarem um equilíbrio de forças com o capital, para que assim consigam obter conquistas relevantes, não apenas a uma categoria isolada e sim aos trabalhadores de modo geral, tornando-se a precarização uma regra geral.

A negociação coletiva é um dos principais mecanismos dos trabalhadores unidos coletivamente por meio de um sindicato perante o capital, de busca de igualdade e concretização da cidadania. Neste sentido:

A importância da negociação coletiva trabalhista transcende o próprio Direito do Trabalho. A experiência histórica dos principais países ocidentais demonstrou, desde o século XIX, que uma diversificada e atuante dinâmica de negociação coletiva no cenário das relações laborativas sempre influenciou, positivamente, a estruturação mais democrática do conjunto social. Ao revés, as experiências autoritárias proeminentes detectadas caracterizam-se por um Direito do Trabalho pouco permeável à atuação dos sindicatos obreiros e à negociação coletiva trabalhista, fixando-se na matriz exclusiva ou essencialmente heterônoma de regulação das relações de trabalho.<sup>99</sup>

A Constituição Federal de 1988 foi fundamental para consolidar a importância que a negociação coletiva representa ao direito juscoletivo, os artigos 7º e 8º da Carta Magna são dispositivos de suma relevância neste sentido. Assim, com a utilização cada vez mais frequente deste instrumento nas relações trabalhistas, este passou a ser o método mais utilizado na solução de conflitos no direito coletivo do trabalho na realidade brasileira.<sup>100</sup>

A negociação coletiva é um instrumento de gestão social que em longo prazo permitirá aos trabalhadores e as instituições sindicais melhores condições de vida a sociedade. Sendo

---

<sup>99</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 1559.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 1565.

assim, este mecanismo nasce a partir da estruturação de um Estado Democrático de Direito, estabelecendo um viés democrático de acesso à igualdade, qualquer negociação coletiva estipulada em sentido contrário, age de forma oposta ao que foi preconizado pela Carta Magna ao ramo do direito coletivo do trabalho.<sup>101</sup>

Tainã Góis traz um importante estudo com observações sobre o impacto da negociação coletiva sobre sindicatos que representa categorias terceirizadas:

Analizando os dados, concluem as autoras que os sindicatos dos setores mais precários tendem a se adaptar mais facilmente à lógica das empresas, inclusive incorporando a linguagem da gestão empresarial “moderna”. Tem uma taxa inferior de sindicalização, além de uma taxa de participação bastante limitada. Não à toa, a maior parte dos sindicatos que representam categorias terceirizadas são vinculados às centrais com histórico de baixa participação da base, quer nas negociações, quer na própria estrutura sindical, como a Força Sindical. Ademais, destacam que os benefícios conseguidos por meio de negociação coletiva são sensivelmente mais baixos, garantindo valores inferiores de auxílio-creche e tíquete refeição, por exemplo, e muitas vezes vinculado o recebimento à ausência de faltas, garantindo assim, mesmo em convenção coletiva, maior controle do empregador sobre o sindicalizado”. Mesmo quando sindicatos com histórico de luta incorporado nas reivindicações dos e das trabalhadoras de contratos tradicionais, quando da negociação referente às categorias terceirizadas, tendem a conseguir acordos mais fracos, uma vez que esse tipo de organização de trabalho não favorece a coesão necessária para promoção de mobilizações eficazes para pressionar as negociações coletivas”.<sup>102</sup>

Desta forma, a essência do sindicalismo está atrelada à união dos trabalhadores, ao segmento juscoletivo trabalhista, propiciando formulação de reivindicações organizadas com verdadeiro potencial de conquistas, seja através de greves ou negociações coletivas.

A terceirização vai contra esta lógica de união, que é fator inerente à estruturação organizacional sindical, deste modo sindicatos encontram um desafio enorme em promover a inclusão do trabalhador terceirizado no movimento sindical, devido ao limbo ao qual trabalhador terceiro fica no meio desta relação empregatícia triangular em que este não consegue se reconhecer.

Há uma dificuldade de construção social e de classe da categoria profissional, o estímulo do neoliberalismo cada vez maior à individualização generalizada, atinge igualmente

<sup>101</sup> Ibidem, p. 1567.

<sup>102</sup> GÓIS, Tainã. Terceirização e acesso à justiça, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 308.

o ambiente de trabalho, influenciando na ampliação de diminuição de garantias de proteção do trabalho e aumento da precarização, combinação esta danosa a aos trabalhadores.

O movimento sindical ainda é uma ameaça constante ao movimento patrimonialista, por isso a realização de artimanhas constantes elaboradas para enfraquecer o movimento sindical, como, por exemplo, a terceirização que não altera os dispositivos estruturais de formulação dos sindicatos, mas causa impactos negativos nestes através da “desmobilização das estruturas de luta obreiras por meio da retirada de direitos e das transformações nas formas de contratação”.<sup>103</sup>. Sendo assim:

A ideia de formação de um sindicato de trabalhadores terceirizados, na mesma extensão que são asseguradas aos demais empregados brasileiros. A ideia de formação de um sindicato de trabalhadores terceirizados, os quais servem a dezenas de diferentes tomadores de serviços, integrantes estes de segmentos econômicos extremamente díspares, é simplesmente um contrassenso. Sindicato é unidade, é agregação de seres com interesses comuns, convergentes, unívocos. Entretanto, se o sindicato constitui-se de trabalhadores com diferentes formações profissionais, materiais e culturais, diversificadas vinculações com tomadores de serviços – os quais, por sua vez, têm natureza absolutamente desigual -, tal entidade não se harmoniza, em qualquer ponto nuclear, com a ideia matriz essencial de sindicato.<sup>104</sup>

A terceirização é nefasta ao movimento sindical, causadora de uma verdadeira desordem, a qual divide e confunde os trabalhadores desde o espaço coletivo de trabalho até o momento de compreensão a qual sindicato de categoria profissional o obreiro pode estar se sindicalizando.

A categoria profissional acaba por se subordinar por completo a categoria econômica, devido à realidade fática desta desenhar os contornos das atividades desempenhadas profissionalmente, a partir da dominação da financeirização neoliberal do capital vem desempenhando sob as demais esferas sociais. Desta feita, Márcio Túlio Viana na perspectiva da terceirização externa, diz que:

Pouco importa o que o empregado faça. É a atividade do empresário que indica seu sindicato.  
Ora: se a empresa contratante expele etapas de seu ciclo produtivo, a empresa terceirizada, que as recolhe, insere-se no mesmo gênero de atividade.<sup>105</sup>

<sup>103</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>104</sup> DELGADO, Maurício Godinho. Op Cit., p. 547.

<sup>105</sup> VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003, p. 136.



Nasser Ahmad Allan e Antonio Vicente Martins complementam o raciocínio, informando que:

O enquadramento sindical por categorias esta previsto, portanto, no art. 511 da CLT, que prevê primeiramente a formação da categoria econômica e tem por critério secundário a categoria profissional, a partir da compreensão de que quem trabalha para a mesma categoria econômica possui solidariedade de interesses e, logo, integra idêntica categoria profissional.<sup>106</sup>

Nesse sentido, as empresas prestadoras de serviços em sua grande maioria, não pertencem à categoria econômica da empresa tomadora, sendo assim os trabalhadores que exercem trabalho terceirizado não estão associados ao mesmo sindicato dos obreiros que prestam serviços diretamente a empresa tomadora, estando representados pelos sindicatos vinculados a categoria profissional que exerce atividade terceirizada.<sup>107</sup>

Tal fato ocorre, devido o entendimento de que existem duas atividades econômicas distintas, uma atrelada aos trabalhadores que possuem contrato direto com a empresa tomadora e a outra aos que possuem contrato direto com a empresa interposta.

Enquanto a terceirização poderia ser aplicada somente nas atividades meio e não atingindo as atividades fim, o entendimento apresentado bastava. Agora com a possibilidade de aplicação da terceirização ampla e irrestrita, o questionamento do enquadramento sindical a respeito dos trabalhadores terceirizados e a empresa interposta, passa a ser de suma importância para o movimento sindical.<sup>108</sup>. Sendo assim:

Porém, pelo menos quanto aos tempos em que a terceirização praticada era “somente” para atividade-meio, boa parte da doutrina defendia que a categoria profissional seria definida pela atividade do empregador e não pela atividade da tomadora.<sup>109</sup>

<sup>106</sup> ALLAN, Nuredin Ahmad. A terceirização como elemento de perda da identidade da classe trabalhadora, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019., p. 390.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 391.

<sup>108</sup> Ibidem.

<sup>109</sup> DELGADO, 2017, p. 102 apud BARBOSA, Beatriz; SUTTI Erazê. Categoria profissional e terceirização. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 378.

O objetivo torna-se desta forma, afastar o trabalhador da atividade profissional que exerce e individualiza-lo em sindicatos destinados a englobar a categoria econômica da atividade empresarial da tomadora de serviços.<sup>110</sup>

Assim no ordenamento brasileiro ao se referir ao enquadramento sindical, há quatro caminhos a serem seguidos. Como os sindicatos que “agregam trabalhadores seja por ofício ou profissão, seja por categoria profissional, seja também por empresa e, finalmente, cite-se o importante critério de agregação por ramo ou segmento de atividade empresarial”.<sup>111</sup>

Além disso, há o instrumento da unicidade que associado à terceirização irrestrita identificada como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, trata-se de mais um efeito deletério ao movimento sindical. Tal instrumento impõe limites de organização dos trabalhadores por meio do ordenamento, impedindo a construção de sindicatos através da liberdade, que é própria do movimento obreiro, de poder construir-se através da liberdade de escolha entre o pluralismo ou a unidade sindical. Contrariando preceitos da convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho:<sup>112</sup>

Art.2 – Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas [...]

Art.3 – 2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal. [...]

Art.8 – 2. A legislação nacional não deverá prejudicar nem ser aplicada de modo a prejudicar as garantias previstas pela presente Convenção.<sup>113</sup>

A doutrina majoritária compreende que a representatividade sindical dos trabalhadores terceirizados deve seguir a atividade econômica predominante realizada pela categoria econômica do empregador locador de mão de obra. Assim com o caos proporcionado pela a unicidade sindical, o trabalhador fica impedido de poder ter a liberdade de escolha de qual

<sup>110</sup> GARCIA, Igor Cardoso; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant’Anna. Enquadramento sindical: existe categoria profissional de terceirizado? In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 369.

<sup>111</sup> DELGADO, 2017, p. 102. apud BARBOSA, Beatriz; SUTTI Erazê. Categoria profissional e terceirização. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 376.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> BARBOSA, Beatriz; SUTTI Erazê. Categoria profissional e terceirização. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019, p. 379.

entidade irá representa-lo e consequentemente desarticula os trabalhadores aumentando o potencial de exploração destes.<sup>114</sup>

Desse modo, a aplicação do enquadramento sindical quando engloba o elemento terceirização, desdobra-se em duas atividades econômicas distintas quando se refere as atividades desempenhadas pela empresa tomadora e a empresa prestadora de serviços, logo os trabalhadores terceirizados pertencem a uma categoria diferente dos funcionários da empresa tomadora.<sup>115</sup>

Assim a terceirização acarreta uma série de elementos negativos a classe trabalhadora, desde a desunião a discriminação, na qual dentro do ambiente de trabalho ocorre uma diferenciação entre os funcionários que possui vínculo direto empregatício com a empresa tomadora e os terceirizados.

Isto abre caminho para um problema ainda mais sério que a dificuldade de enquadramento dos trabalhadores terceiros, trata-se do adoecimento físico e mental, logo a precarização do trabalho, contrariando totalmente os dispositivos da Constituição Federal de 1988, que asseguram direitos fundamentais e sociais como elementos essenciais para atingir-se um Estado Democrático de Direito consolidado.

### **3.3. Repensando novas estratégias para existência sindical, através dos desafios impostos pelo contexto contemporâneo.**

O movimento sindical é organizado pelos trabalhadores, nasce a partir de anseios populares e da necessidade do fortalecimento coletivo dos obreiros, como mecanismo de enfrentamento ao sistema de produção capitalista e garantias da preservação da dignidade humana.

O sindicalismo segue preceitos constitucionais, regramentos infraconstitucionais e até mesmo dispositivos internacionais de alinhamento com a orientação máxima de valorização

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 381.

<sup>115</sup> ALLAN, Nuredin Ahmad; MARTINS, Antonio Vicente. A terceirização como elemento de perda da identidade da classe trabalhadora, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019, p. 391.

de instrumentos que proporcione ao ser humano usufruir de sua autonomia. Assim caminha em sentido contrário ao que prega o conceito de liberdade de cunho liberal, que ao mesmo tempo em que entrega a falsa sensação de liberdade por meio do poder de compra, acorrenta o indivíduo com os dados que este fornece para retroalimentar este sistema, já que o ser humano não passa do produto mais sofisticado que o mercado precisa controlar, acentuando-se perante o contexto das novas tecnologias.

Paralelamente a isto, no cenário desenhando na contemporaneidade a terceirização utiliza-se de mão de obra humana de forma direta como o real produto a ser oferecido pela empresa prestadora de serviços, como Márcio Túlio Viana pontua “em outras palavras, o mercador de homens os utiliza tal como o fabricante usa os seus produtos e como todos nós usamos o dinheiro”.<sup>116</sup>

Na realidade a terceirização difunde uma ideologia que esta atrelada ao conceito de flexibilização, que esta associada à concepção da empresa distribuir suas atividades com o objetivo de diminuição de gastos e maior obtenção de lucro. A partir do panorama traçado pelo capital e a concentração de renda, para os micros empresários a terceirização torna-se uma necessidade, atingindo desde órgãos públicos até mesmo sindicatos.<sup>117</sup>

Há quem defenda a terceirização alegando que as empresas interpostas oferecem serviços especializados, o que proporciona o aumentando da qualidade do trabalho fornecido, sendo assim quanto menor for à empresa, maior será seu grau de aprimoramento técnico, conseguindo a partir disto reduzir custos de produção, beneficiando diretamente o consumidor.<sup>118</sup>

Mas toda essa diminuição de custo que a terceirização proporciona aos detentores do capital acarreta precarização em toda uma linha de produção, causando impacto direto ao trabalhador terceiro, que paga um preço para a realização de suas atividades, valor este que se materializa com a perda de qualidade de vida. Além disso, há todo um jogo de manipulação

---

<sup>116</sup> VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003, p. 118.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 128.

com o objetivo de não demonstrar os reais malefícios que existe por de trás deste modelo de organização do trabalho, neste sentido:<sup>119</sup>

Já a pequena empresa reúne trabalhadores esparsos e flutuantes. Além disso, é menos visível. Como dizíamos, pode até se organizar no fundo de quintal, longe dos olhos do sindicato, da imprensa e dos fiscais. Não tem a mesma preocupação com a imagem, até porque prefere viver nas sombras. Naturalmente, quanto mais a pequena empresa explora o trabalhador, menor é o preço que cobra da grande pelo contrato. Desse modo, a grande empresa extrai mais-valia através da pequena. E mantém limpa a sua imagem, enquanto a outra faz o jogo sujo.<sup>120</sup>

Deste modo, as empresas subcontratadas tendem a crescer em números e a decrescer em importância, efeito este que atinge de modo proporcional a organização sindical por meio dos desafios impostos ao mundo do trabalho na atualidade, seja no aspecto formal ou informal das circunstâncias que englobam o universo trabalhista.

Assim sendo, o movimento operário é de suma importância para construção de uma sociedade mais democrática, porque este debate sobre a vida das pessoas, sobre a necessidade de diminuição das desigualdades sociais, sobre a dominação de um pequeno grupo de pessoas sob os demais, sobre a concentração de renda, ou seja, sobre aspectos que impactam diretamente a existência do ser humano no contexto do sistema capitalista.

O movimento sindical existe para buscar o equilíbrio, a igualdade, para que todos possam ter uma atividade laboral digna. O trabalho é uma das esferas essenciais na construção do ser humano, que possibilita este a exercer uma atividade conectada com sua essência que irá transbordar na produção de um produto ou serviço, beneficiando o coletivo de modo integrado e eficiente na construção de uma sociedade melhor a todos, mas respectiva concepção foi deturpada pelo capital ao associar o labor como mera atividade remuneratória. Neste sentido, Renata Queiroz Dutra acrescenta:

A ideia de emancipação, para Dejours, todavia, não se constitui num ponto de chegada, mas no caminho, no movimento de luta contra a relação de dominação. Essa luta se assentaria nas premissas de que o trabalho pode ser reconhecido como uma provação de si pela qual a subjetividade se revela, mas também como uma atividade com potencial de gerar ligações de cooperação para o viver junto, que são, afinal, o objeto da política. É nesse campo que se entrecruzariam a centralidade do

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>120</sup> Ibidem.

trabalho enquanto categoria chave para o reconhecimento e a centralidade política do trabalho.<sup>121</sup>

A imagem que esta sendo personificada pelo neoliberalismo é de apresentar os direitos trabalhistas como algo prejudicial ao empresário e cada vez mais difícil ao trabalhador, necessitando este cada vez mais de maiores qualificações, desta forma o direito do trabalho torna-se um inimigo, seja pelo custo que apresenta ou uma adversidade ao ignorar a realidade do contexto social brasileiro.

O movimento sindical inspira à criação de outros movimentos de contestação à ideologia de dominação imposta pelo sistema financeiro, subvertendo a lógica de valorização econômica em detrimento a proteção dos direitos sociais. É fundamental a união coletiva para superar os obstáculos impostos por crenças promovidas pelo sistema capitalista, sendo de suma importância aos sindicatos em sua atuação englobar temas relacionados à interseccionalidades como de gênero, raça, classe entre outros elementos de opressão que estão presentes na realidade social.<sup>122</sup>

O movimento sindical possui função democrática está atrelado a sobrevivência humana ao tratar da vida das pessoas, como estas se relacionam entre si, com seu empregador e com o Estado. O movimento sindical é política e política é vida, é fator que contribui na construção da dignidade e seu fortalecimento, assim é necessário realizar a mobilização da categoria profissional para o enfrentamento das alterações impostas pelo capital na regulamentação trabalhista.

O atual momento que o sindicalismo vivência após a introdução no ordenamento da Lei 13.467/2017 assemelha-se ao período do regime ditatorial (1964-1985), devido a revogação de direitos de proteção social. Não há como manter o Estado afastado das políticas sociais, de saúde, de trabalho, porque isso seria colocar mais da metade da população brasileira na mais absoluta indulgência, é necessária formulação de políticas públicas que enfrentem pautas sociais, sendo estas, elemento indissociável na construção de um Estado Democrático de Direito.

---

<sup>121</sup> DUTRA, 2018, p.52 apud DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo:** trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012, p. 190.

<sup>122</sup> VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003, p. 143.

O movimento sindical foi atingido por decisões inconstitucionais de garantias dos direitos fundamentais e sociais, absolutamente duras de enfraquecimento do direito sindical e do direito do trabalho como um todo com objetivo de precarização das instituições de defesa dos direito trabalhistas, como, por exemplo, com a aprovação do Supremo Tribunal Federal que considerou constitucional a extinção da contribuição compulsória que é necessária para a manutenção das formas de custeio democráticas e transparentes dos sindicatos, conforme alteração no caput do Art.545 da Consolidação das Leis Trabalhistas de 2017: “Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados”.<sup>123</sup>

Neste sentido Anderson de S. Campos acrescenta que:

A principal agenda de resistência estava organizada em torno da sobrevivência dos sindicatos, ameaçada por razões de ordem financeira. A contribuição sindical. A contribuição sindical obrigatória caiu 90% entre abril de 2017 e abril de 2018. A queda na arrecadação decorrente do fim da obrigatoriedade do imposto foi de grande magnitude, situação agravada pela crise econômica e consequentemente a deterioração do mercado de trabalho (desemprego, queda da renda e informalidade)<sup>124</sup>

Outra importante alteração realizada pela reforma e que prejudica diretamente a organização coletiva dos trabalhadores, trata-se de alterações pertinentes às convenções coletivas que tais transformações não estão na direção de beneficiarem a classe trabalhadora, conforme a convenção 154 da OIT que foi ratificada pelo Brasil e reconhece a negociação coletiva como um direito fundamental.

A reforma trabalhista foi impulsionada sem a participação do movimento sindical, logo sem a participação dos trabalhadores, representando o oposto da criação da constituição cidadã, o que evidencia a trajetória antagônica de criação entre ambas.

É necessário resignificar o papel dos sindicatos, compreendendo que as formas de manipulação dos novos tempos tratam-se da mesma exploração do passado com formulações mais modernas e que os desafios do direito de poder existir como associação coletiva impostos antigamente de forma formal, na contemporaneidade se materializa na luta para

<sup>123</sup> BRASIL, Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de agosto de 1943. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm)> Acesso em: 17 fev. 2019.

<sup>124</sup> CAMPOS, Anderson de S. **Sindicalismo no contexto da pandemia no Brasil**: primeiras impressões. Campinas – SP, In: CESIT, 2020. Disponível em: < <https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>> Acesso em: 08 set. 2020, p. 2.

poder existir em âmbito material. Assim a regulamentação acaba por acompanhar os passos da empresa.

Assim, do mesmo modo que acontecia nos tempos de Taylor, Keynes e Ford, o direito repete os movimentos da empresa. Só que agora, esses movimentos já não coincidem com os princípios que informam o próprio direito.

São excludentes. Tanto a empresa como o direito, cada qual a seu modo, expulsam empregados.

Mas existe outro detalhe interessante. Na verdade, como vimos, o que a empresa faz é um duplo movimento. Ela expulsa o trabalhador protegido e retoma sem proteção – seja através de terceirizações internas, como através das externas.<sup>125</sup>

Atualmente o sindicato caminha no sentido de justificar sua existência, como forma de poder continuar existindo, porque ao invés do direito atuar como meio de equilibrar a relação entre empregador x empregado, este acaba por tender para um determinado lado ao qual não condiz com as razões de existência do Direito do Trabalho, que surgiu com o objetivo de proteção do hipossuficiente em uma relação que por natureza é desigual.<sup>126</sup>

Ainda com relação ao obstáculo interposto pelo capital e agravado com a terceirização a organização coletiva dos trabalhadores, Márcio Túlio Viana complementa:

Como se sabe, a solução desses problemas é extremamente difícil e complexa. Ela esbarra com as restrições de um mercado cada vez mais global e desigual, que divide tão profundamente os países como as pessoas. Por isso, envolve uma nova postura política, um novo modo de pensar a vida e o mundo.

De toda forma, uma das estratégias possíveis é a de se garantir ao sindicato não só uma ampla liberdade de ação, mas instrumentos que viabilizem o exercício dessa liberdade – como proteção contra a despedida arbitrária, a repressão aos atos anti-sindicais e a ampliação dos limites e do próprio conceito de greve.

Associado a tudo isto, há a inevitabilidade dos sindicatos perante o fato de terem organizado a categoria profissional por meio dos trabalhadores assalariados, devido ser este o modelo de produção no capitalismo industrial vigente até meados do século XX. Atualmente não faz mais sentido estabelecer essa diferenciação para esta categoria.

Os trabalhadores devem se organizar seja estes assalariados ou não, desde que vivam do trabalho, que tenham a dependência econômica do trabalho. Tendo assim, uma nova dimensão para o direito sindical, seja do ponto de vista de estrutural, organizacional e de movimento. É um desafio a ser superado, que contrapõem a lógica do modelo neoliberal.

<sup>125</sup> VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003, p. 135.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 142.



Outra manobra realizada pelo capital para produzir a diminuição do poder de atuação dos sindicatos é através do afastamento da academia do direito sindical, em que pouco se ensina sobre direito sindical nas faculdades, perdendo o contato com os jovens, o que estimula além e outros fatores, a diminuição em longo prazo de produção de conhecimento científico sobre o movimento operário.

Tecnologia é outro ponto fundamental de investimento para o aperfeiçoamento do trabalho e aprimoramento da comunicação, é imprescindível adequar-se ao novo contexto social de comunicabilidade social, no qual a tecnologia desempenha papel central neste contexto de aperfeiçoamento do trabalho e interligações cada vez mais rápidas e dinâmicas seja entre nações ou pessoas.

O contexto do ano de 2020 com a pandemia da COVID-19 evidencia esta necessidade.

Em condições inéditas para atuar, com diversos locais de trabalho fechados ou com acesso restrito devido às orientações sanitárias, sedes sindicais fechadas, bases e diretorias em isolamento domiciliar, as entidades têm buscado adequar a forma de realizar o trabalho de base visando garantir o funcionamento da organização. As experiências ampliam inovações anteriores à crise, com adequações digitais para manter a assistência sindical à base filiada e campanhas online voltadas para a sociedade. As direções sindicais passaram a se reunir em salas virtuais de plataformas online.<sup>127</sup>

A pandemia de COVID-19 revela determinadas questões que antes pareciam ocultas: Uma delas é que a terceirização ao mesmo tempo em que transfere para outros países parte da realização de determinados produtos, condicionam a um sentido de globalização, em que esta pode ter interferência na vida de qualquer pessoa.

Os desafios são inúmeros, mas ilustra-se bem na necessidade de resistir para continuar existindo aos ataques de desestruturação do movimento sindical, que ao mesmo tempo em que objetiva driblar os dispositivos constitucionais referentes a atuação dos sindicatos, ressalta a importância do movimento sindical.

---

<sup>127</sup> CAMPOS, Anderson de S. **Sindicalismo no contexto da pandemia no Brasil**: primeiras impressões. Campinas – SP, In: CESIT, 2020. Disponível em: < <https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/> > Acesso em: 08 set. 2020, p. 2.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento sindical constrói-se a partir da organização coletiva dos trabalhadores, é vital para manutenção desta associação coletiva a união dos obreiros em consonância com a consciência do que representa a união organizada dos trabalhadores em reivindicações por melhores condições de existência, sendo que o trabalho é um dos mecanismos que fornece subsídios ao indivíduo de experimentar suas potencialidades, de gerar algo a sociedade e usufruir de sua dignidade humana.

Para isto acontecer, é necessário ao menos que seja respeitado preceitos constitucionais e até mesmo de organizações internacionais de respaldo, que estão de acordo com a preservação da essência do direito do trabalho, que esta relacionada com a proteção do hipossuficiente a partir de uma relação que por si só, nasce desigual. Ou ao menos que haja equilíbrio nesta relação, não devendo dispositivos precarizarem direitos que garantem a classe trabalhadora condições de exercerem suas atividades laborais com dignidade, seja esta no aspecto material como no formal.

As instituições sindicais defendem a essência de formação do direito do trabalho, ao serem instrumentos de consolidação do direito juscoletivo trabalhista e tanto ponto de chegada como de partida da união de ideias dos trabalhadores unidos de forma organizada.

O movimento sindical possui codificado em sua estrutura a resiliência como componente fundamental que permite sua resistência perante as inúmeras adversidades formuladas pelo sistema neoliberal, que na maioria das vezes sua luta parece estar associada com uma espécie de permissão para poderem existir. Na contemporaneidade os desafios são basicamente os mesmos do século XX, mas com outra roupagem a partir das transformações que acompanham o sistema capitalista, conforme os modos de produção são alterados acabamos por estar em outra relação de trabalho.

Porém há algo que não se altera, trata-se da vital presença da classe trabalhadora para alimentar a engrenagem do capital, para que este possa continuar a funcionar. É necessário o movimento sindical resgatar esta percepção e trazer a categoria profissional de base, sendo fundamental a integração dos trabalhadores terceirizados nesse processo, trazendo o poder da conscientização.

Assim, não basta o movimento sindical atuar com o objetivo de apenas sobreviver aos ataques cometidos pelo capital, é necessário mais, é preciso enfrentar através da real organização dos trabalhadores com estes realmente se sentindo atuantes e com consciência sobre os motivos da luta, englobando nesse polo atuante as demais lutas que englobam a sociedade e que são reivindicações das minorias.

Não basta apenas existir, é necessário vivenciar a realidade das mazelas imposta pelo capital a sociedade e se reinventar por meio de uma conduta horizontal que traga diálogo com os trabalhadores sobre as mazelas que os atinge, no qual o movimento sindical possa ser um ponto de apoio em comum de união e fortalecimento, pois nenhuma instituição é capaz de combater ataques diários a sua razão de existir se não assumir uma postura de enfrentado, não de justificativas e sim de autonomia proporcionada pela conscientização de sua importância como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, Nuredin Ahmad; MARTINS, Antonio Vicente. A terceirização como elemento de perda da identidade da classe trabalhadora, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Amauri. Categoria profissional essencial: nova interpretação do Art. 511 da CLT e a reforma trabalhista. In: **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. São Paulo, vol. 84, n. 1 (jan./mar.) 2018, p. 281-312. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/138273>> Acesso em: 15 mai. 2020.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

ALVES, Pedro Daniel Blanco; GOMES, Erik Chiconelli. Réquiem para o trabalho industrial: terceirização e precarização na era da desregulamentação In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. 2015. In: **O social em questão**. v. 34, p. 19-40, (julh./dez.) 2015, pp. 22-23. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_34\\_1\\_Antunes\\_Druck.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf)> Acesso em: 02 mai. 2020.

BARBOSA, Beatriz; SUTTI Erazê. Categoria profissional e terceirização. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

BELTRAMELLI NETO, Silvio; SILVEIRA, Laís. Representação dos trabalhadores terceirizados em face da ampliação da permissão jurídica da terceirização no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente e de seu imperativo de proteção dos direitos humanos. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 64, p. 39-61, (jan./ abr.) 2019, p. 17 - 18. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/61985>> Acesso em: 02 mai. 2020.

BENDA, Laura. Terceirização: um disfarce que adoece e mata, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A terceirização e desigualdade: abordagem crítica sobre os projetos de lei 4330/04 e 87/2010**. São Paul, CESIT, 2014.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de agosto de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 17 mai. 2020.

CAMPOS, Anderson de S. **Sindicalismo no contexto da pandemia no Brasil**: primeiras impressões. Campinas – SP, In: CESIT, 2020. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>> Acesso em: 08 set. 2020.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização como intermediação de mão de obra**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2014.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **A terceirização no século XXI**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo, v. 79, n. 4, p. 232-244, (out./dez.) 2013. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/55996>> Acesso em: 15 mai. 2020.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012

DELGADO, Gabriela Neves; DUTRA, Renata Queiroz. Terceirização sem limites: a crônica de uma tragédia social anunciada, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III**: o direito do trabalho diz não à terceirização. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. São Paulo, LTr, 2008.

DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**: condições de trabalho e renumeração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. Produção da subseção do Dieese da CUT Nacional, 2017.

DUARTE, Christian; SALAS Carlos. **As novas e velhas máscaras da terceirização e do capitalismo contemporâneo**. In: CESIT (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho). Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/as-novas-e-velhas-mascaras-da-terceirizacao-no-capitalismo-contemporaneo/>> Acesso em: 02 julh. 2020.

DUTRA, Renata Queiroz. Trabalho. **Regulação e Cidadania**: a dialética da regulação social do trabalho. São Paulo, LTr, 2018.

DROPPA Alisson; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A terceirização e desigualdade: abordagem** crítica sobre os projetos de lei 433/04 e 87/2010. São Paulo, Cesit, 2014.

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, (jul./dez.) 2002.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GIANNOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. São Paulo: Editora Mauad, 2007.

GÓIS, Tainã. Terceirização e acesso à justiça, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

G1. **Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml>.> Acesso em: 02 jul. 2020.

LOGUERCIO, José Eymard. A versão “ultraliberal” do trabalho como mercadoria: a traição ao “espírito de Filadélfia”, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

LOGUERCIO, José Eymard. **Pluralidade sindical: da legalidade á legitimidade no sistema sindical brasileiro**. São Paulo, LTr, 2000.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; MARTINS, Carla Benitez; Zamboni, Eduardo Felipe Lezo. Terceirização e financeirização neoliberal do capital, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo, Expressão Popular Ltda, 2019.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Reforma” trabalhista não atinge o fim da terceirização da atividade-fim. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

MARCELINO, Paula, **Trabalhadores Terceirizados e Luta Sindical**. Curitiba, Appris, 2013.

RAMOS, Gabriel de Oliveira; DUTRA, Renata Queiroz. Tendências desmobilizadoras oriundas da terceirização e da precarização trabalhista: reflexos na atuação sindical. In: DELGADO, Gabriela Neves; BRITTO, Ricardo José Macedo de (Coordenadores). **Trabalho, Constituição e cidadania**. A dimensão coletiva dos direitos sociais. São Paulo, LTr, 2014.

ROESLER, Átila da Rold. A terceirização que o direito “não vê”, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

SIQUEIRA, Germano. Terceirização: o mito dos 14 benefícios, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

TRABALHO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA. **Falta de regulamentação prejudica trabalhador terceirizado, avalia pesquisadora**. 2020. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=5NrBTUdFxtY&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=5NrBTUdFxtY&feature=emb_title)> Acesso em: 15 julh. 2020.

VIANA, Márcio Túlio. Poluições no ar: o clima que nos afeta e a terceirização, In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (Orgs.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2019.

VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 67, p. 117-146, 2003.